Quinta-feira, 18 de junho de 2026 **I Série — Número 103**

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE JUNHO DE 2026

Presidente: Ex.ma Sr.ª Maria Teresa da Silva Morais

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

A Presidente (Teresa Morais) declarou aberta a sessão às 14 horas e 2 minutos

Ao abrigo da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que, após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados André Ventura (CH), António Mendonça Mendes, Mariana Vieira da Silva, Luís Moreira Testa e José Luís Carneiro (PS), Mariana Leitão (IL), Rui Tavares (L), Paulo Raimundo (PCP), Fabian Figueiredo (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Filipe Sousa (JPP), Paulo Núncio (CDS-PP) e Hugo Soares (PSD).

Ao abrigo do previsto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, procedeu-se a um debate preparatório do Conselho Europeu com a participação do Primeiro-Ministro. O Primeiro-Ministro, após proferir a intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados Ricardo Carvalho (PSD), Ricardo Dias Pinto e João Tilly (CH), Eduardo Pinheiro (PS), Jorge Miguel Teixeira (IL), Rui Tavares (L), Paula Santos (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE), Inês de Sousa Real (PAN) e Filipe Sousa (JPP).

A Presidente (Teresa Morais) encerrou a sessão eram 17 horas e 41 minutos.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Boa tarde, Sr.as e Srs. Deputados.

Eram 14 horas e 2 minutos.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade que abram as portas das galerias.

A Mesa cumprimenta o Sr. Primeiro-Ministro e as Sr.as e Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos e, como é sabido, a nossa ordem do dia de hoje consiste no debate com o Sr. Primeiro-Ministro ao abrigo da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento.

Burburinho na Sala.

Peço às Sr.as e aos Srs. Deputados que tomem os vossos lugares na sala e que deem condições para começarmos o debate.

Burburinho na Sala.

Repito: peço às Sr.as e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares e que criem as condições para podermos começar.

Pausa.

Neste modelo de debate, a primeira intervenção é do Sr. Primeiro-Ministro. Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Esta semana, milhares de jovens em todo o País iniciam uma etapa decisiva, os exames nacionais do ensino secundário. Sei bem que estes dias são vividos com ansiedade, mas são, acima de tudo, o culminar de anos de trabalho, dedicação e ambição de vencer.

Quero deixar uma palavra de enorme confiança a cada estudante, mas também um agradecimento sincero às suas famílias e a toda a comunidade escolar,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

… aos professores e a todos os funcionários que colaboram e acompanham este processo de crescimento.

Foi a pensar nos estudantes que aprovámos o novo modelo de ação social do ensino superior, para garantir que nenhum talento ou vocação fica para trás por razões financeiras. Foi ainda a pensar neles que criámos a Universidade Técnica do Porto e a Universidade de Leiria e do Oeste. E também foi a pensar neles que o Parlamento aprovou a proposta do Governo de revisão do regime jurídico das instituições do ensino superior.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, tal como em cada sala de aula, para potenciar o talento extraordinário que temos em tantas áreas, temos de incentivar o trabalho, premiar o mérito e proporcionar aos portugueses condições para que possam realizar as suas ambições.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É esta atitude que queremos, em Portugal e nos portugueses: ambicionar, desafiar e realizar. Para isso, temos de transformar Portugal, transformação essa que exige capacidade de decisão, coragem e força para avançar.

Foi com esta determinação que o Governo aprovou a proposta de revisão do Código do Trabalho, que agora está à vossa consideração. É uma reforma crucial para aumentar a nossa competitividade, para podermos alcançar mais crescimento económico, para termos mais emprego, mas sobretudo para termos melhores salários,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … para criarmos mais riqueza e, consequentemente, termos um Estado social mais forte.

Ao longo dos anos, o diagnóstico repete-se. Portugal é dos Estados-Membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) com mais baixa taxa de produtividade, com maior rigidez da legislação laboral e um nível elevado de desemprego jovem.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mudar isto exige coragem e espírito de concertação, o espírito de concertação que este Governo mostra com a assinatura de 42 acordos na Administração Pública, abrangendo 34 carreiras e mais de 350 000 funcionários.

Vemos muita gente falar da proposta laboral de forma desinformada e superficial. A proposta, Srs. Deputados, conjuga produtividade e competitividade com promoção e valorização do trabalho.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Reforça as licenças parentais, melhora a conciliação da vida familiar com a vida profissional, promove o emprego para jovens e desempregados de longa duração, permite a acumulação da pensão de pré-reforma com rendimentos do trabalho, dinamiza a contratação coletiva.

Os Srs. Deputados decidirão de que lado querem estar:…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É verdade!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … do lado da ambição e da valorização do trabalho ou do lado do imobilismo e da mediania.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A transformação que almejamos também se traduz na proposta de uma nova prestação social única. É o rosto de um Estado social mais forte, um Estado social que combate a exclusão social com uma resposta adequada a cada pessoa, a cada família, para que ninguém fique para trás ou seja prejudicado face àquilo que tem hoje.

A Sr.ª **Regina Bastos** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É uma proposta que quebra a armadilha da pobreza, acredita no potencial de cada um, reconhece o seu esforço e o seu mérito, incentiva o trabalho e apoia a construção de projetos de vida com futuro e com dignidade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É uma proposta que garante que cada apoio é acompanhado e fiscalizado, para que não haja abuso nem fraude.

Srs. Deputados, deixo-vos ainda três notas finais. A primeira, no dia em que lembramos a tragédia de há nove anos, para poder partilhar convosco que sabemos que o verão deste ano será ainda mais exigente no combate aos incêndios florestais. Aos fatores habituais acresce o impacto da tempestade que, como sabem, derrubou centenas de milhares de árvores. Por isso, antecipámos o trabalho e estamos a mobilizar todos neste esforço de prevenção e combate — Proteção Civil, bombeiros, sapadores florestais, ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), GNR (Guarda Nacional Republicana), Forças Armadas —, que, lado a lado com o Governo e com as autarquias locais, estão a dar o seu melhor no terreno.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Criámos o Comando Integrado de Prevenção e Operações, que visa uma coordenação permanente e que é uma mudança de paradigma na conjugação da ação de combate com o trabalho preventivo e a redução do risco.

Até agora, foram desobstruídos 18 000 km de rede viária florestal, com uma mobilização diária de cerca de 830 operacionais, 245 viaturas e 60 máquinas, e temos o nosso Serviço Nacional de Saúde preparado também para o verão, ativando este plano desde o dia 1 de maio.

Não obstante todo este trabalho de prevenção, o desafio é grande. Apelo, mais uma vez, à sensibilização e mobilização de todos. Todos sabemos que o comportamento de cada um faz a diferença — pode mesmo fazer a diferença! — na vida de todos.

A segunda nota, para partilhar com a Assembleia da República a nossa satisfação pela eleição de Portugal como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Foi o reconhecimento da credibilidade, da consistência, da continuidade da política externa portuguesa, ao mais alto nível e, como sabem, face a candidaturas de peso. Foi a primeira vez que fomos eleitos em primeiro lugar e à primeira volta, o que resultou de um grande esforço diplomático nacional que uniu todos e mobilizou muitos, incluindo os anteriores e o atual Presidente da República, e que teve a coordenação competente e atuante do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem! É justo

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Demonstrou a excelência da diplomacia portuguesa e a eficácia da continuidade e coerência da nossa política externa, assente em princípios e valores, na defesa pragmática e intransigente do interesse nacional, do direito internacional e da Carta das Nações Unidas.

Uma palavra final, se me é permitido, para também partilhar convosco que se há matéria que não divide este Parlamento é o apoio a Portugal e à nossa seleção nacional de futebol.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Na passada sexta-feira, tive ocasião de me despedir dos nossos heróis do mar, transmitindo o apoio de todos e relembrando que, para ganhar, para atingir o objetivo é preciso ousar, arriscar e fazer. Esta é também, como sabem, a mentalidade que vos proponho: ousarmos, arriscarmos e fazermos a diferença para transformar Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O debate prossegue agora com as perguntas ao Governo e o primeiro partido a colocá-las é o Chega.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, cumprimento-o a si e aos Membros do seu Governo. Deixe-me começar esta intervenção por recordar a data que hoje assinalamos: nove anos de Pedrógão, nove anos de uma tragédia que mudou o País para sempre, mas também nove anos de falha do Estado, nove anos de falha da comunidade, nove anos em que falhámos aos nossos próximos.

Hoje devíamos homenagear todos estes homens e mulheres, os que foram vítimas, os que lutaram para que a coisa melhorasse, os que fizeram para que tudo não voltasse a acontecer, os que estão hoje aqui e os que nos estão a ver, os que estão longe e os que estão perto. Todos eles merecem a nossa homenagem, com a esperança de que não volte a acontecer em Portugal o que aconteceu em Pedrógão há nove anos.

Aplausos do CH.

Gostava também de fazer referência à seleção nacional, que hoje entra em campo. Com um sentimento de amor a Portugal, que nos une a todos nestas bancadas, da esquerda à direita, gostava de deixar ainda esta nota, Sr. Primeiro-Ministro, que é apenas uma nota pública: a Federação Portuguesa de Futebol convidou os responsáveis políticos, os dirigentes — penso que dirigentes parlamentares também — para assistir ao jogo nos Estados Unidos da América. Acho que devemos agradecer esse esforço e essa abrangência. Gostava de propor à Federação Portuguesa de Futebol, publicamente, desde este lugar de liderança da oposição, que selecionasse ou sorteasse, dado o trabalho que está em curso no Parlamento…

Protestos do BE e de Deputados do PS e contraprotestos da IL.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.as e Srs. Deputados, por favor, deem condições para o Sr. Deputado continuar.

Continuação de protestos do BE e de Deputados do PS e de contraprotestos da IL.

Srs. Deputados, ainda não ouviram até ao fim.
Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Gostava, Sr. Primeiro-Ministro, que a Federação Portuguesa de Futebol pudesse oferecer esses bilhetes, em vez de ser aos políticos, a pais com crianças no IPO (Instituto Português de Oncologia) que possam viajar e que tenham o sonho de ver a seleção nacional portuguesa;…

Aplausos do CH.

… ou até a antigos combatentes que estão hoje na miséria, que nunca viram a seleção nacional e que gostariam de a ver — podíamos oferecer-lhes esses bilhetes para irem ver um jogo da seleção nacional.

Aplausos do CH.

Fica a nota pública, que não tem que ver com o Governo diretamente. Tem que ver com a Federação Portuguesa de Futebol.

Sr. Primeiro-Ministro, quis a história que começássemos este debate quinzenal com vários dossiês e diplomas em curso para serem debatidos.

Eu queria falar-lhe da lei laboral e da chamada «reforma laboral». Como disse desde o início, e tive a oportunidade de o transmitir, quer publicamente, quer a si, na nossa perspetiva, esta foi uma má lei laboral, é um mau desenho para os trabalhadores e para quem trabalha.

Eu quero perguntar-lhe aqui, neste Plenário, para lá dos assuntos de que estamos a tratar — desde a idade da reforma até ao fim das subvenções vitalícias dos políticos, que devem acabar de uma vez por todas —, se o Governo está ou não disponível para corrigir coisas em áreas fundamentais?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Claro que está!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Cito: a amamentação. Nós não podemos tirar direitos a quem amamenta e quer ser uma mãe trabalhadora.

Aplausos do CH.

Está ou não disponível para isso?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Claro que está! Responda, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Está ou não disponível — num tempo em que tantos avós, em Portugal, cuidam dos seus netos e abdicam da sua vida para poderem ajudar mães e pais que trabalham — para introduzir a licença de assistência dos avós no nosso ordenamento jurídico?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Um grande salto! Sobretudo, um salto digno e justo para muitos que nos estão a ver.

Aplausos do CH.

Está disponível para valorizar quem trabalha por turnos? E eu refiro-me a isto especificamente porque, em Portugal, muitos — centenas de milhares, senão milhões — trabalham por turnos, com prejuízo da sua vida pessoal e familiar.

Esta tem sido uma batalha do Chega desde o seu início: garantir que há uma valorização de quem trabalha por turnos em Portugal, de que os compensamos e de que aquilo a que chamamos «reforma» acabará por ser bom, sobretudo para esses que trabalham.

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, queria falar-lhe das férias que foram retiradas aos trabalhadores.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Quando foram implementadas as restrições da troica, os trabalhadores perderam dias de férias, que passaram de 25 para 22. A esquerda falou muito, mas não fez nada.

Protestos do PS, do L e do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Como sempre!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PS falou muito — e falou! —, mas não fez nada. Nós, nesta bancada, queremos dar o passo, e o passo é este: se acabaram com as restrições da troica para subir salários de políticos, nós devemos conseguir garantir aos portugueses…

O Sr. **Pedro Alves** (PS): — Vergonha!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estás completamente à rasca!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … que o tempo de férias que têm passará dos 22, novamente, para os 25 dias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E quero dizer aqui, ao País, que nós temos de exigir…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Nunca te vi tão aflito!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … que seja na função pública e nos privados, para que todos em Portugal voltem a ter as férias que merecem.

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, estes são temas centrais para quem está em casa e está farto da conversa da esquerda, que é sempre a dizer mal sem fazer nada.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ah!…

Risos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Agora, aqui está a solução: tentar fazer, tentar melhorar.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Olha!…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os senhores não o podem fazer, por uma razão: não têm votos para isso. Nós temos!

Aplausos do CH.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — A esta velocidade, não tarde é o Chega a pagar para fazer acordos!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Tu não tens hipótese!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês nem hipótese têm! Ficaste atrás do João Vieira!…

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, se faz favor.

Protestos do L e contraprotestos do CH.

Srs. Deputados, vamos ter de permitir que o Sr. Primeiro-Ministro possa responder. Portanto, agradeço que façam silêncio nas bancadas.

Sr. Primeiro-Ministro, faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, queria começar por me associar, mais uma vez, como tinha feito há pouco, na intervenção inicial, à referência que fez a todos aqueles que sofreram com as consequências da falha de auxílio e da desorganização do auxílio, que acabaram por culminar numa tragédia sem precedentes em termos do impacto de um conjunto de incêndios florestais, em particular localizados em Pedrógão, mas também em toda a região Centro. Uma circunstância que, infelizmente, no ano de 2017, veio a repetir-se depois, no mês de outubro, na região de Leiria.

Queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que independentemente das considerações políticas que possamos fazer, todos nós, como responsáveis do poder de representação do povo e como agentes de proteção do interesse do País e das pessoas devemos, humildemente, reconhecer que o Estado e os poderes públicos não têm conseguido dar sempre a resposta que é necessária nestas ocasiões. Não obstante as circunstâncias que, em cada momento, confrontam a vontade de acudir e proteger com o impacto, muitas vezes difícil de travar, de fenómenos naturais, de fenómenos de propagação do fogo, nenhum de nós — nenhum, mesmo! — pode garantir que não se irão repetir, colocando-nos novamente perante a circunstância de nos vermos confrontados com tamanho flagelo.

Aquilo que podemos e devemos fazer é prevenir, prevenir o mais que pudermos, e neste ano de forma muito particular, porque o terreno está mais difícil, as condições são mais adversas. Está-se já a antecipar um verão quente, em cima de um início de ano marcado por um conjunto de tempestades que derrubou muitas árvores, e, não obstante o trabalho enorme que está a ser feito, não o conseguiremos atenuar, do ponto de vista do risco, até chegar a risco zero.

Portanto, a ameaça existe, mobiliza-nos a todos, e eu quero, mais uma vez, aproveitar a ocasião para convocar todo o País — não apenas os agentes políticos, não apenas a Administração Pública, não apenas os setores privado e social —, convocar cada cidadão a sentir que a sua ação pode fazer a diferença…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … entre evitarmos tragédias ou ficarmos na circunstância de sermos incapazes de as ultrapassar.

Dito isto, Sr. Deputado, quanto à questão política que coloca sobre a legislação laboral, o Sr. Deputado sabe qual foi o trajeto desta proposta. Esta proposta foi aprovada em Conselho de Ministros, foi remetida para a concertação social e tivemos um período de diálogo social muito, muito alargado. Por vicissitudes que agora não importa referir, não foi alcançado um acordo de concertação social, mas eu disse sempre que, tivesse esse acordo sido alcançado ou não, a palavra final seria sempre das Sr.as Deputadas e dos Srs. Deputados.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu cheguei mesmo a dizer que, em tese, mesmo uma proposta com a aprovação e o envolvimento dos parceiros sociais é sempre suscetível da apreciação soberana dos representantes da vontade política do povo, que são os Srs. Deputados.

Bem sei que, em algumas alturas, o Sr. Deputado queria acelerar esta metodologia e discutir com maior profundidade esta disponibilidade, de que já falarei, para podermos também aproximar posições. E sabe, porque foi público, que eu também disse, com toda a transparência, que iríamos aguardar esse momento. E esse momento chegou, efetivamente.

Neste momento, Sr. Deputado, da parte do Governo e da parte das bancadas que o suportam aqui, na Assembleia — com certeza, elas irão ainda pronunciar-se —, há disponibilidade para podermos afinar, concertar, enriquecer a proposta que apresentámos com contributos de todos os partidos.

Agora, Sr. Deputado, há uma questão que eu diria que é prévia: nós só teremos oportunidade de fazer essa aproximação, esse diálogo, e de sermos consequentes com esse instrumento se ele for viabilizado na Assembleia da República.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Chega, pela sua voz, já manifestou essa disponibilidade,…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Tal e qual!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … é certo que considerando a proposta uma má proposta. Nós discordamos, discordamos mesmo —…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Já disse isso?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … acho que essa consideração não tem fundamento —, mas acrescentando vários pontos, onde pode… O Sr. Deputado utilizou uma expressão com a qual eu não concordo mesmo, nem aceito, quando disse que «temos de corrigir». Eu não diria «corrigir», diria antes que temos de enriquecer a proposta,…

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

… temos de acrescentar, de contribuir para o seu aprofundamento.

O Sr. Deputado falou no direito de amamentação, de conjugação da vida familiar com a vida profissional — com certeza que o Governo tem essa disponibilidade.

Vozes do L e do PCP: — Ah!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Falou também, dentro deste espírito, da relação dos avós com os netos, e o Sr. Deputado sabe que temos essa disponibilidade. Evidentemente que tudo isto tem de ser medido! Medido, do ponto de vista do sistema e, medido, do ponto de vista dos impactos financeiros.

O Sr. Deputado pretende valorizar o trabalho por turnos… Nós pretendemos valorizar esse e os outros todos! Todas as formas de trabalho devem ser valorizadas, até para podermos ter maior rendimento nas pessoas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado fala na reposição de um regime de férias que premeia a assiduidade ao trabalho, que é um princípio com o qual nós estamos de acordo e, devo até dizer — posso hoje confessar —, o próprio Governo colocou isso em cima da mesa na concertação social,…

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

… mas, não tendo havido disponibilidade para aproximar posições noutros domínios, acabámos por não formalizar essa questão na proposta que enviámos ao Parlamento.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Está nervoso! Está a meio caminho…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Pois estou!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado André Ventura, estou a dizer-lhe que há disponibilidade, mas nós sabemos que quem não tem disponibilidade é o Partido Socialista.

Protestos do PS.

O Partido Socialista, o Livre,…

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Isso é mentira!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … o Partido Comunista,…

Protestos de Deputados do PS, do L e do PCP.

… estão a mandar estes apartes para o ar para confessar uma coisa que é: «Nós não temos disponibilidade, nós não queremos mexer na lei laboral,…»…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … «… nós queremos que tudo fique na mesma, porque esperamos que ficando tudo na mesma os resultados sejam diferentes!»

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Portanto, àqueles — como é o caso do Chega e da Iniciativa Liberal — que estão disponíveis para contribuir positivamente, digo que, evidentemente, temos essa disponibilidade,…

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

… apesar de ainda termos muitas diferenças, como o Sr. Deputado tem reiterado nas suas intervenções públicas e políticas.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Isso é conversa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas a diferença não deve ser o obstáculo para progredirmos, para transformarmos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não há diferença nenhuma!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É esse o nosso princípio, e ficarei satisfeito se a maioria da Câmara puder acompanhar este princípio.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Continua no uso da palavra o Sr. Deputado André Ventura, faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, antes de lhe colocar a próxima questão, não posso deixar de notar que a reação do Partido Socialista é particularmente curiosa.

O Partido Socialista está ali a esbracejar, de um lado para o outro, por se falar de reposição de férias,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … por se falar de aprovação e de reforço no trabalho por turnos, por se falar no apoio aos avós, que era uma coisa… Aliás, Sr. Deputado José Luís Carneiro, deixe-me dizer-lhe aqui uma coisa, cara a cara:…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estás mesmo aflito!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … em vez de andar pelo País a dizer coisas sem sentido,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ou na Venezuela!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … era isso que deveria ter feito há muito tempo, francamente!

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Em vez de andar por aí… É que, olhe, não é a proposta do Governo, são 47 páginas de alteração à lei laboral.

O orador exibiu o documento que mencionou.

E eu fui ver o que é que o PS tinha aqui — zero!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ao menos justifiquem o salário que vos pagam!

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.

Ao menos, era para trabalhar — era para trabalhar! —, não era para ficarmos aqui só a falar sobre isso.

Agora, sinceramente, ficar aí a atirar «postas pescada» para o ar…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Foste entalado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … e depois dizer «calma, porque vamos reunir um conjunto de economistas» — agora, a dois dias do debate parlamentar!…

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Por acaso, quem é que são esses economistas para falar da reforma? O Mário Centeno, que se reformou aos 59 anos,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … é o economista que querem para estudar o programa do PS. É uma coisa incrível!

Aplausos do CH.

Risos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Dez mil euros por mês!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, desculpem lá, Srs. Deputados, desculpem lá…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não me peças desculpa a mim! Não é a mim!…

O Sr. **André Ventura** (CH): — … se estamos a fazer aquilo para que nos pagam, que é a trabalhar para melhorar a vida das pessoas — é para isso que nos pagam!

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Desculpem lá se estamos a fazer isso! Enfim…

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, tenho ainda duas questões que lhe queria colocar. Uma prende-se com a PSU (prestação social única) e a outra com as questões relativas aos empregadores e à redução da carga fiscal e da burocracia sobre os empresários, sobretudo os pequenos e os médios empresários.

Sabemos que um dos grandes problemas em Portugal para quem investe, para quem tem pequenos negócios — desde a hotelaria à restauração, aos táxis, ao setor do transporte —, não é a lei laboral. As

pessoas queixam-se do excesso de carga fiscal, da qual não conseguem sair, de entregas de IVA (imposto sobre o valor acrescentado) em períodos fundamentais da sua atividade e do excesso de burocracia.

Está ou não o Governo disposto, no reinício da sessão legislativa, a olharmos também para estes homens e mulheres, que são o outro lado — não o outro lado, mas um lado também fundamental — da reforma de quem trabalha, pois são quem investe, quem tem os seus negócios, quem tem de fazer o País crescer. Também esses precisam de sentir que a economia funciona para eles e que não lhes está sempre a pedir mais impostos, mais carga, mais Segurança Social para, depois, como o PS quer fazer, pegar nessa Segurança Social e distribuir por quem não quer fazer nada em Portugal. É isso que nós temos de voltar a reintroduzir e de voltar a reequilibrar.

Aplausos do CH.

Porém, no tempo que me resta, quero falar-lhe da PSU, porque as nossas bancadas estão a trabalhar por isto. Para nós, é um princípio fundamental assumir esta asserção: quem nunca contribuiu em Portugal não deve ter nenhuma espécie de apoio da Segurança Social.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por duas razões. Porque seria um chamariz à imigração ilegal. Tenho ouvido, nestes dias, dizer «como é que um País com este nível de emigrantes lá fora pode dizer isso?», mas nós sabemos uma coisa: temos estado muitas vezes junto das nossas comunidades e não encontro um português ou uma portuguesa — Sr. Primeiro-Ministro, não sei se encontrará alguém —, na Suíça, no Canadá, nos Estados Unidos, em França, que tenha ido para lá viver de subsídios. Foram para lá trabalhar, matar-se a trabalhar para conseguir dar um futuro melhor aos seus filhos e às suas filhas.

Aplausos do CH.

É essa a diferença e é esse o caminho que nós temos de trilhar em Portugal. Não podemos estar a pedir a pais e mães, com cancro ou com filhos com cancro,…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… doentes ou com filhos doentes, que tenham de trabalhar, mas alguns, por pertencerem a algumas minorias no nosso País,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … nunca tenham de trabalhar, tenham sempre tudo de graça e possam receber tudo das mãos do Estado. É isso que está errado.

Aplausos do CH.

O Partido Socialista teve oito anos para conseguir corrigir isso. Fez e falou de PSU; quando viu que a PSU já estava, voltou atrás e, agora, quer pôr-se à margem.

Nós sabemos que, em Portugal, há um partido que nunca quer fazer nada, que quer sempre deixar tudo como está e, de preferência, no meio do tudo como está, comprar os votos a toda a gente. É chegado o momento de lhes dizermos que não passarão.

Aplausos do CH.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É uma lata!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Parecia o mesmo!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, vamos já começar pela PSU. O Sr. Deputado teve o ensejo de referir, há pouco, que este debate se dá, por ironia do destino, na véspera de discutirem, aqui no Parlamento, a proposta de alteração às leis laborais, às quais o Sr. Deputado já se referiu. O Sr. Deputado referiu-se-lhe, dando particular enfoque à proteção da maternidade, da parentalidade, dos pais e dos avós, e fê-lo argumentando, enfim, com os seus princípios e com as suas propostas. Sr. Deputado, o que lhe peço é que, relativamente à PSU, seja coerente.

Risos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Protestos do PS.

Vou tentar explicar: quando o Sr. Deputado quer relacionar o sistema contributivo com o sistema não contributivo, vai deixar de fora muitas mães, muitos avós, muitos familiares que podem, por vicissitudes inesperadas, ficar sem rendimento.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Eu vou traduzir, ainda com mais precisão. O Sr. Deputado ponha a seguinte hipótese: há um trabalhador, provindo de um país estrangeiro, que vem trabalhar para Portugal, que traz a sua família consigo e que tem a fatalidade de ter um acidente de trabalho e, até, eventualmente de falecer. A sua mulher ou o seu ascendente ou um seu descendente ficam, de um momento para o outro, sem nenhuma proteção social e não contribuíram, porque estavam aqui ao abrigo do reagrupamento familiar, a acompanhar a sua família.

O que é que o Sr. Deputado defende? Que o Estado trate de forma diferente as mães, os avós e os filhos, só porque uns são de nacionalidade portuguesa e outros não são?

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Sr. Deputado, tem aqui a oportunidade de demonstrar o seu sentido humanista, o seu sentido de dignificação da pessoa. Se o Sr. Deputado tiver, como acho que tem, a hombridade de levar esta discussão e esta reflexão até ao final,…

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

… não tenho dúvidas de que o Sr. Deputado e a sua bancada, com as bancadas da maioria, encontrarão uma solução legislativa que vai acudir…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não me faças chorar! É a «Bela e o Monstro»!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … à necessidade de atender a cada ser humano que precisa de uma prestação, por estar numa situação de vulnerabilidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — É agora a vez de o Partido Socialista colocar perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro e o primeiro inscrito para uma pergunta é o Sr. Deputado António Mendonça Mendes. Faça favor, Sr. Deputado.

Protestos do CH e risos do CDS-PP e de Deputados da IL.

Srs. Deputados, os partidos inscrevem quem querem, portanto vamos, por favor, deixar que o Sr. Deputado António Mendonça Mendes faça a sua pergunta.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então não fala o Líder do PS?!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Estás rouco?

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, gostava de colocar um problema da vida real dos portugueses.

A taxa de inflação teve uma variação homóloga, em abril e em maio, de 3,3 %. Isso significa que as famílias portuguesas estão a ver o seu custo de vida a aumentar. Hoje, gostávamos de trazer uma questão muito concreta, que é a questão dos combustíveis.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Quando a AD (Aliança Democrática) chegou ao Governo, abastecer 50 litros de gasóleo custava 80 €. Hoje, custa 93 €. A culpa é, em parte, do Governo. É, porque o Governo tomou a decisão, em 2025, — ou melhor, tomou duas vezes a decisão — de aumentar os impostos sobre os combustíveis.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mentira!

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Queira o Sr. Primeiro-Ministro chamar-lhe uma retirada do desconto, queira chamar-lhe o que entender, não podemos desafiar a matemática, porque 1,01 é sempre mais do que 1. Por isso, por duas vezes, as taxas unitárias de ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos) subiram, por decisão do Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS.

Foi uma decisão, Sr. Primeiro-Ministro, e, no relatório atual de progresso, o Governo disse a Bruxelas que tinha arrecadado 732 milhões de euros com esta medida de aumento de impostos.

Sr. Primeiro-Ministro, penso que isso o pode fazer corar, porque estes 732 milhões de euros são quase o dobro do suplemento extraordinário que atribuiu aos pensionistas, em 2025.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

Sr. Primeiro-Ministro, em 2026, aumentou o combustível, não por culpa sua, mas, até agora, a única coisa que fez foi tomar uma medida que não custa nada, a não ser não receber a receita a mais que o Estado tem. A pergunta que lhe coloco é a seguinte.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — O que é que o PS queria?!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — O PS, várias vezes, tem proposto a descida do ISP equivalente a 13 % do IVA. Isso significaria que o combustível passaria a 83 €. Aquilo que lhe pergunto é: se o Governo do PS aplicou esta medida, quando o gasóleo esteve a 1,84 €, estando acima durante este período todo, por que razão o Sr. Primeiro-Ministro revela tanta insensibilidade?

Aplausos do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isto foi extraordinário!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Deputado António Mendonça Mendes, quero, naturalmente, cumprimentá-lo e saudá-lo por esta sua intervenção.

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Não me vai levar a mal que lhe diga o seguinte: o Sr. Deputado José Luís Carneiro hoje não quis dizer aquilo que o Sr. Deputado disse, mas é caso para dizer que «vira o disco e toca o mesmo».

Risos do CDS-PP.

O Sr. Deputado António Mendonça Mendes veio repetir —…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … porque entende que a repetição pode ser o método para mudar a realidade e a verdade — uma ladainha que não tem sustentação técnica, jurídica, nem política, Sr. Deputado.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Governo a que eu presido e o anterior, a que também presidi, não aumentaram um único imposto. Não aumentaram um único imposto.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado, que é, simultaneamente, fiscalista e jurista, seria o primeiro a acusar-nos aqui de uma tremenda ilegalidade, porque a competência para fixar os impostos é da Assembleia da República.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É inconstitucionalidade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E o Sr. Deputado não ia, seguramente, deixar passar em claro uma falha tão grave.

Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que andou aí às voltas…

Risos do Deputado do PSD Fernando Queiroga.

… para dizer duas ou três coisas que merecem, de facto, um comentário e uma observação.

A primeira: o Sr. Deputado diz que o Governo decidiu atribuir um desconto, no âmbito do ISP — já agora, a partir, no caso do gasóleo, de 1,73 €, só para cultura geral —, e gostaria de dizer-lhe, Sr. Deputado, que decidimos atribuir esse desconto na componente equivalente àquilo que seria o efeito da aplicação do IVA. Ou seja, o Governo devolve o IVA às pessoas.

O Sr. Deputado diz: «Não custa nada, os senhores estão a fazer uma coisa que não custa nada». Ai, custa, custa, Sr. Deputado!

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Porque os Srs. Deputados, durante anos, nunca fizeram tamanha política,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

… os senhores nunca devolveram às pessoas e às empresas o excesso de impostos arrecadados em momentos de crise e de inflação, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado não falou, mas se calhar vai falar a seguir, do preço dos produtos alimentares — preocupação que nós acompanhamos, Sr. Deputado. É verdade, nós estamos muito cientes da inflação em que vivemos, estamos muito cientes das dificuldades, dos desafios que as famílias e as pessoas enfrentam. Mas, ó Sr. Deputado, vou dizer-lhe qual foi a evolução da inflação nos últimos anos. Está a ver este pico aqui?

O orador exibiu um gráfico.

Este pico aqui não é o dobro, é mais do que o quádruplo. Estamos a falar de 2023, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado reclama, para 2026, aquilo que não fez em 2023.

Protestos do PS.

O Sr. Deputado quer assustar as famílias portuguesas, querendo transmitir-lhes — é verdade, há inflação — que alguns dos bens alimentares têm aumentos de preço superiores à taxa de inflação, mas, Sr. Deputado, olhe o gráfico de médio prazo.

O orador exibiu um gráfico.

Isto aqui é 2023. Olhe onde é que estamos em 2026: muito abaixo.

Acaso este Governo fosse precipitado, como as políticas do Partido Socialista são, na oposição — porque o Partido Socialista, hoje, defende fazer uma coisa, no primeiro mês,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Que nunca fez para trás!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … que, à época, demorou 14 meses a concluir —….

Aplausos do PSD.

… acaso o Governo fizesse isso, Sr. Deputado, eu dir-lhe-ia onde é que nós estaríamos, nessa circunstância.

Portanto, Sr. Deputado, o Governo agiu com prudência. O Governo agiu com sentido de responsabilidade e, como eu disse sempre, acompanhando a evolução dos acontecimentos, que tanto podia, e pode, ser negativa como positiva.

Felizmente, ao dia de hoje, em que nos encontramos a realizar este debate, a expectativa é bem mais positiva e animadora; ainda não em termos definitivos, não vale a pena também estarmos a embandeirar em arco.

Mas, Sr. Deputado, já viu a precipitação do Partido Socialista? Já viu a imprudência do Partido Socialista? Já viu o que era o Partido Socialista regressar aos velhos tempos do Partido Socialista?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ui! Deus nos livre!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — O saldo orçamental!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Partido Socialista está, de resto, cada vez mais num reduto de intransigência, de arrogância política, em que aparece com um ar cândido, mas, na substância…

Protestos do PS.

… e nas opiniões, está cada vez mais radicalizado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado António Mendonça Mendes está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Para uma interpelação à Mesa para distribuição de documentos, por favor.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Apenas para distribuição de documentos?

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Apenas para distribuição de documentos.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sim, Sr.ª Presidente, peço então aos serviços…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O gráfico está ao contrário!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — … que, através da Mesa, possam dar estes documentos todos ao Primeiro-Ministro, para que o Sr. Primeiro-Ministro os possa rever e possa, da próxima vez, não faltar à verdade com o Parlamento.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Faça chegar os documentos à Mesa, se faz favor, Sr. Deputado.

Para interpelar o Sr. Primeiro-Ministro, por parte do Partido Socialista, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr.ª Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, tivemos nesta Assembleia, na semana passada, um debate sobre o Plano de Emergência e Transformação na Saúde.

Desse debate resultou muito claro que, apesar de o Governo dar como cumprida a larga maioria das medidas, a verdade é que não só os resultados não foram alcançados, como, em muitos casos, o Governo apresenta hoje indicadores piores do que quando iniciou este plano.

Temos mais 80 000 portugueses sem médico de família, temos menos 4,6 % de cirurgias do que há um ano, temos menos 1,3 % de cirurgias oncológicas do que tínhamos há um ano e as listas de espera cirúrgicas são cada vez maiores.

Tem sido muito difícil que o Governo reconheça estes resultados, apesar de serem dados oficiais, apesar do que diz a Entidade Reguladora da Saúde, apesar do que diz a ACSS (Administração Central do Sistema de Saúde), apesar do que diz, até, quem ficou de avaliar este plano.

Como tem sido muito difícil, vou procurar uma imagem mais leve. Vamos imaginar que o Sr. Primeiro-Ministro decide sair da Doca de Belém, em direção a Aveiro. Sabe como é que estão os ventos, avalia a situação, propõe-se navegar, durante mais ou menos um dia e meio, até chegar a Aveiro. Depois de navegar um dia e meio, manifesta-se «muito satisfeito» — foi a expressão que a Sr.ª Ministra da Saúde aqui utilizou

quanto ao cumprimento do plano de emergência —, apesar de, em lugar de ter chegado a Aveiro, ter chegado, na verdade, à Doca de Alcântara, aquém da Doca de Belém da qual partiu.

Risos e aplausos do PS.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — O PS está a afundar no Guincho! O PS não está a passar no Guincho!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — É esta a posição do Governo sobre o plano de emergência.

Sr. Primeiro-Ministro, o Governo já desistiu do plano de emergência, até já desistiu de o avaliar, mas eu faço-lhe a única pergunta que interessa, que é: o que é que o Governo vai fazer para cumprir com as expectativas criadas para os portugueses de baixar as listas de espera da cirurgia e, em particular, da cirurgia oncológica, porque estes dois anos de trabalho só se traduziram em piores resultados?

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva, também a cumprimento. Já vi que o Partido Socialista, talvez inspirado pelo momento do dia, está a fazer rodar a equipa e faz muito bem.

Risos e aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Obrigado por essa parte!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aproveito a sua questão, Sr.ª Deputada, e até as metáforas que a Sr.ª Deputada utilizou, para dizer que não há dúvida de que, desde que chegámos ao Governo, temos tido muita, muita necessidade de navegar nas questões da saúde. E temos muita necessidade de o fazer, porque aquilo que mais havia no Serviço Nacional de Saúde era água.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Os senhores deixaram o Serviço Nacional de Saúde completamente encharcado,…

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … completamente preenchido da água que andaram a meter nas vossas políticas…

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

… e que nos legou, efetivamente, um conjunto muito significativo de portugueses sem médico de família, bem como listas de espera e respetivos tempos, seja para consultas seja para cirurgias, numa trajetória sempre ascendente.

Sr.ª Deputada, vamos também, mais uma vez, apelar à seriedade do debate com o Partido Socialista. A Sr.ª Deputada mencionou — e está correto — o número de que temos, neste momento, mais de cerca de 80 000 utentes do Serviço Nacional de Saúde sem médico de família. É verdade, face a 2024.

Porém, a Sr.ª Deputada podia, devia, para o debate ser sério, ter dito que entraram no sistema mais 354 663 utentes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Seria uma forma de a Sr.ª Deputada dizer assim, e tinha toda a legitimidade por isso: «O Sr. Primeiro-Ministro e o Governo ainda não conseguiram dar uma resposta de saúde geral e familiar a todos os utentes do SNS (Serviço Nacional de Saúde).»

A Sr.ª Deputada tem toda a legitimidade e eu até reconheço que tem fundamento para poder dizer isso, mas a Sr.ª Deputada devia dizer, ao mesmo tempo: «Mas nós reconhecemos o esforço, que culminou nestes dois anos, por dar médico de família a mais de cerca de 234 000 utentes.»

Aplausos do PSD.

Protestos dos Deputados do PS Eurico Brilhante Dias e José Carlos Barbosa.

Ou seja, o objetivo não está cumprido, mas é verdade que a resposta é maior hoje do que era em 2024.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Deputada, é também isso que acontece, quando falamos de tempos de espera para cirurgias, incluindo oncológicas. É também isso que, podemos dizer, acontece com os tempos de espera para consultas de especialidade. E isso até é uma trajetória de diminuição, o tempo de espera para atendimento nas urgências.

Quando a Sr.ª Deputada estiver em condições de travar esta discussão com estes factos em cima da mesa, nós podemos ter uma conversa séria. Se a Sr.ª Deputada quer fazer como o Sr. Deputado António Mendonça Mendes, que é adulterar a verdade, para que a verdade que apresenta ser correspondente à sua opinião política, devo dizer-lhe que está a ser absolutamente inconsequente, tão inconsequente como foram a resolver os problemas do Serviço Nacional de Saúde.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva, pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Para distribuição de documentos, Sr.ª Presidente.

Vozes do PSD: — Ah!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Faça, então, favor de fazer chegar os documentos à Mesa, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr.ª Presidente, é para distribuir o documento que está presente no *site* do Ministério da Saúde sobre a execução do plano de emergência, porque agora o Primeiro-Ministro decidiu reconhecer que os resultados não foram atingidos, mas a medida está dada como concluída.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.ª Deputada, se o documento está no *site* do Ministério, não precisa de ser distribuído.

Vamos continuar com o debate, se faz favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.ª Deputada, peço a palavra.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, de mera curiosidade, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Não sei se a curiosidade é fundamento para uma interpelação à Mesa. Veremos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Veremos. Na sequência das inscrições do Partido Socialista, o Grupo Parlamentar do PSD perguntava se a seguir é o Deputado Pedro Nuno Santos, Sr.ª Presidente.

Protestos do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não está cá?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está de greve!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Ó Sr. Deputado, não vale a pena comentar, os partidos inscrevem quem querem. Vamos prosseguir.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O Partido Socialista inscreveu…

Burburinho na Sala.

Sr.as e Srs. Deputados, vamos, por favor, avançar. O Sr. Deputado Luís Testa tem a palavra, pelo Partido Socialista.

Vozes do PSD: — Oh!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Eh! O Testa!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, a questão da habitação é uma prioridade nacional. Não é uma prioridade deste Governo, mas é este Governo que tem a obrigação de apresentar respostas ao drama que se vive, relativamente à habitação.

Este Governo tem apresentado e executado propostas. Contudo, todas elas têm tido resultado contrário ao objetivo. Veja-se, este tem sido o resultado da evolução do preço da habitação.

O orador exibiu um gráfico.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém vê!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Tem subido sem parar, tem disparado o aumento sem parar.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Desde quando?!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Aquilo que pergunto é: para quando, finalmente, a resposta que dá sentido à máxima do Governo, quando decidiu alterar o PT2030 (Portugal 2030)?

O Governo já anunciou a reprogramação do PT2030 e, portanto, aquilo que está em causa é: quando é que são lançados os avisos que permitem aos promotores públicos construir habitação para os portugueses e para as portuguesas?

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Luís Testa, a equipa continua a rodar…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E bem!

Risos do CDS-PP.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e os golos na própria baliza também.

Risos do CH, da IL e do CDS-PP e aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado Luís Testa, esqueceu-se de trazer o gráfico que mostra a diminuição da construção em Portugal nos últimos 10 anos e a diminuição da construção da habitação pública e da habitação no sector privado.

Protestos dos Deputados do PS José Carlos Barbosa e Miguel Matos.

O Sr. Deputado não trouxe ao debate, mas eu trago, o elemento mais importante para o sector da habitação, conhecido exatamente esta semana.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro! Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Pela primeira vez, desde 2008, o licenciamento de casas em Portugal cresceu, e não cresceu um número qualquer.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Em 2024, foram licenciados 34 600 fogos; no período de 2021 a 2023, 31 600; em 2025, 41 900, a que se juntam todas as ajudas, nomeadamente para os jovens.

Sr. Deputado, diga já quais são os papéis que vai entregar agora.

Risos e aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu não sei de quem foi a ideia, mas que saiu ao lado, saiu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós entregamos!

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados. Vamos, por favor, continuar.

O Sr. Deputado Luís Testa pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr.ª Presidente, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, para entregar documentos.

Vozes do PSD: — Ah!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr.ª Presidente, uma vez que o Sr. Primeiro-Ministro está curioso, queria distribuir o gráfico do qual resulta a leitura do aumento do preço da habitação.

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Faça chegar o gráfico à Mesa, se faz favor, Sr. Deputado.
Para interpelar o Sr. Primeiro-Ministro, tem agora a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro.

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados,…

Protestos dos Deputados do CH Pedro dos Santos Frazão e Rodrigo Alves Taxa.

… hoje iniciou o Sr. Primeiro-Ministro o debate neste Parlamento com uma intervenção sobre transformar Portugal. Sr. Primeiro-Ministro, nós pedimos é que não continue a transformar Portugal, porque Portugal está cada vez pior!

Aplausos do PS.

É verdade. Sr. Primeiro-Ministro, está pior na saúde, está pior na habitação, está pior no custo de vida…

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

… e, veja-se, Sr. Primeiro-Ministro, está também pior na economia.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Só sabes dizer que está pior, mais nada!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — O Governo veio criticar, no passado, os Governos do PS, porque o Governo do PS tinha a economia a crescer, vejam só, 3 %. Hoje, o Governo deita fogo de artifício, porque está a crescer a 1,9 %.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, viemos agora a saber,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A métrica «sarmentista»!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — … pior do que tudo o que aconteceu até agora, que a economia portuguesa está a perder competitividade. A economia portuguesa perdeu posições…

Protestos de Deputados do CH.

Custa ouvir, eu sei que custa muito ouvir às muletas do Governo.
Sr. Primeiro-Ministro, o importante é isto: a economia portuguesa perdeu posições em 57 % dos mercados externos.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, como já tive a oportunidade de dizer hoje, para quem prometia jogar à Ronaldo, espero que Ronaldo jogue melhor no Mundial, porque senão será mesmo uma desgraça para os interesses do País.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Agora, Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que afirme o seguinte: em vez de trazer a esta Assembleia uma proposta de modernização da nossa economia,…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Olha o tempo, já só tens 2 minutos!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — … de valorização dos 6 mil milhões de euros de investimento em defesa para transformar a infraestrutura nacional, para transformar as nossas capacidades científicas, para capacitar os nossos recursos humanos,…

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

… o Sr. Primeiro-Ministro continua a comprar aquilo que, infelizmente, poderia ser desenvolvido em parceria com as indústrias nacionais, perdendo uma grande oportunidade de contribuir para o crescimento da nossa economia.

E, em vez de trazer a aposta na investigação e no desenvolvimento, em vez de trazer a aposta na inovação e na incorporação tecnológica, na capacitação de recursos humanos, aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro propõe ao Parlamento…

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

… é a desvalorização do trabalho e a retirada de condições de estabilidade aos trabalhadores. Estaremos contra essa proposta, Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PS.

Agora, Sr. Primeiro-Ministro, sei que não pode responder — espero que responda, que não fuja a esta pergunta e responda no tempo,…

Protestos do CH.

… ao Partido Social-Democrata —, mas ouvi as palavras do Deputado André Ventura a dizer que há assuntos que estamos a tratar. Foi assim que disse: «Estamos a tratar.»

Protestos do CH.

Um dos assuntos que está a tratar é a diminuição da idade da reforma. Ora, a diminuição da idade da reforma, que ficou, aliás, de passar a documento escrito — vamos aguardar pelo documento escrito, para ver se se cumpre a palavra daquilo que foi afirmado publicamente —, significa tirar 1 ano e 9 meses à idade da reforma. Ora, a reforma de 2007 compatibiliza a esperança média de vida com a sustentabilidade do fundo de pensões.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Falta de noção!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Significa, Sr. Primeiro-Ministro, retirar ao fundo de pensões 4,5 mil milhões de euros. Como é que vai financiar esses 4,5 mil milhões de euros?

Protestos do CH.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É pelos imigrantes!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Pergunto se é uma destas três hipóteses: vai cortar nas reformas os 10 % que compensam estes 4,5 mil milhões de euros?

Segundo, Sr. Primeiro-Ministro, explique às empresas se vão pagar mais TSU (taxa social única) à Segurança Social ou se vão aumentar os impostos, para honrar esse compromisso que tem com o André Ventura.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, começa uma interpelação à Mesa.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Primeiro-Ministro não tem tempo para responder.

Antes de passarmos à interpelação pela Iniciativa Liberal, gostava de anunciar à Câmara que temos hoje, nas nossas galerias: um grupo de 30 cidadãos da Associação Flor de Infesta, de São Mamede de Infesta; um grupo de 20 cidadãos do conselho de Elvas; um grupo de 37 alunos e professores da Escola EB1/PE de Câmara de Lobos; um grupo de cidadãos da Junta de Freguesia de Lorvão, Coimbra; um grupo de cidadãos da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Fafe; o Executivo da Junta de Freguesia de Barreiros e Cepões, em Viseu; e cidadãos da freguesia de Balugães, Barcelos.

Sejam bem-vindos.

Aplausos gerais.

Já que estamos em maré de cumprimentos, a Mesa cumprimenta o Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, do Chega, pelo seu aniversário.

Aplausos do PSD, do CH, da IL, do PCP e do CDS-PP.

Passamos, agora, às perguntas por parte da Iniciativa Liberal, pelo que dou a palavra à Sr.ª Deputada Mariana Leitão.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção inicial, colocou a tónica da reforma laboral como um instrumento determinante para responder aos nossos jovens, mas, na verdade, o que o Sr. Primeiro-Ministro fez com a reforma laboral foi tudo menos pôr a tónica nos jovens durante os últimos meses.

O que o Sr. Primeiro-Ministro fez foi entregá-la às centrais sindicais, que representam uma ínfima minoria dos trabalhadores…

Vozes da IL: — É verdade!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — … e que, certamente, não representam nenhum destes jovens que procuram mercados mais flexíveis, com melhores salários.

O que o Sr. Primeiro-Ministro fez ao longo de todo este tempo foi colocar a tónica, por exemplo, na amamentação, num País que sofre com problemas de baixa natalidade.

O que o Sr. Primeiro-Ministro fez foi realizar mais de 60 reuniões com centrais sindicais capturadas por partidos…

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — … para depois iniciar negociações com partidos capturados pelas narrativas das centrais sindicais.

Aplausos da IL.

O que o Sr. Primeiro-Ministro fez foi autointitular-se «Luís, *O Concertador*», para, depois, se vir lamentar da inflexibilidade da concertação social. Mas, quando a podíamos ter alterado, em dezembro do ano passado, por proposta da Iniciativa Liberal, para a adaptar à realidade atual, o que é que os senhores fizeram, nomeadamente o PSD? Votaram contra!

O que o Sr. Primeiro-Ministro fez foi entregar aos interesses instalados o futuro dos nossos jovens.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Já se instalaram ao tempo!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — O que o Sr. Primeiro-Ministro fez, por sua responsabilidade e por manifesta incapacidade, foi envolver a reforma laboral num debate completamente tóxico que, obviamente, a prejudica agora e a vai prejudicar no futuro e, por isso, o Sr. Primeiro-Ministro falhou e falhou também aos nossos jovens.

Portanto, faço-lhe uma pergunta muito direta e sem as grandes complicações que já aqui se ouviram: vai ou não vai ceder ao Chega na baixa da idade da reforma, como contrapartida pela reforma laboral?

Aplausos da IL.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Vai! Vai!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Cedem ao Chega nas outras coisas todas!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, deixe-me dizer-lhe que a Sr.ª Deputada fez uma intervenção em que desvalorizou, eu diria mesmo subestimou, a concertação social enquanto instrumento para o diálogo político, o diálogo social, conducente à tomada da decisão política, que é política, é soberana, neste caso é mesmo parlamentar, mas que, naturalmente, na nossa visão, que é diferente daquela que apresentou, sai reforçada se tiver, efetivamente, esse momento e se esse momento der frutos.

Não tenho dúvida nenhuma de que o País ganha quando se mobiliza também pelas suas instituições representativas dos setores de atividade, sejam elas as centrais sindicais, que a Sr.ª Deputada mencionou, sejam elas as confederações de empregadores, que a Sr.ª Deputada, creio, não mencionou, mas que também fazem parte da concertação social.

Nós estivemos em diálogo social com os dois lados, não estivemos apenas com a parte representativa dos trabalhadores, para que fique muito claro. Foi nesse espírito que sempre dissemos que o Parlamento teria uma contribuição maior se esse diálogo tivesse dado um acordo que possibilitasse às Sr.as e aos Srs. Deputados ter elementos de apreciação com uma ligação direta ao mercado de trabalho e aos seus representantes.

Agora, Sr.ª Deputada, deixe-me dizer-lhe: isto nunca diminuiu nem o trabalho do Governo nem o trabalho da Assembleia da República. Como eu já tive ocasião de dizer em respostas anteriores, a Assembleia da República tem agora o seu momento,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Passado um ano!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e é minha convicção, fruto da experiência que tenho do exercício de funções aqui, na Assembleia da República, que o próprio Parlamento não vai deixar de ouvir os representantes dos setores de atividade, sejam eles empregadores, sejam eles trabalhadores.

Portanto, é uma falsa questão. A questão principal é a de saber se a Sr.ª Deputada e a Iniciativa Liberal têm a mesma reciprocidade do ponto de vista da disponibilidade para participar neste debate sem estigmas, sem posições fechadas, mas com vontade de aproximar posições.

Se a Sr.ª Deputada tiver essa disponibilidade, da minha parte e da parte do Governo, não vejo qualquer obstáculo. As bancadas que aqui estão representadas dirão de sua justiça e a decisão soberana é delas. Aquilo que nós pudermos fazer de aproximação interpartidária, faremos. Com quem? Com quem tem essa disponibilidade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Nós temos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Deste lado esquerdo, ninguém tem. Aliás, deste lado há, por assim dizer,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Imobilismo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … um falar a uma só voz. Basicamente, todos dizem o mesmo.

O Sr. Deputado José Luís Carneiro…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não disse nada!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … não quis perguntar-me diretamente no início do debate, quis fazê-lo no fim, o que é legítimo e, portanto, eu respeito. Mas aquilo que o Sr. Deputado José Luís Carneiro disse sobre a legislação laboral soou a Paulo Raimundo — aliás, eu acho que até tem de pagar direitos de autor,…

Risos do PSD e do CH.

… porque disse, basicamente, aquilo que o Sr. Deputado Paulo Raimundo tem dito sempre.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ao menos o Sr. Deputado Paulo Raimundo é coerente, defende sempre as suas convicções; já o Deputado José Luís Carneiro e o Partido Socialista andam aos ziguezagues, como, de resto, é timbre da sua história política mais recente.

Sr.ª Deputada, também é público que não há, neste momento, nenhum entendimento, portanto, o entendimento terá de ser gerado na Assembleia da República. Eu diria que o melhor é ninguém se precipitar a tirar conclusões que depois podem não ter respaldo naquilo que vier a acontecer.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Para isso, já bastam todos aqueles, e são muitos, que, ao longo de meses, já disseram tudo e o seu contrário na praça pública sobre este processo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A Sr.ª Deputada, cuja opinião valorizo muito e cuja posição política expressa uma fatia considerável de portugueses, estou absolutamente certo de que não vai por esse caminho e não vai estar agora a precipitar aquilo que é ainda desconhecido.

Portanto, convido-a a si e convido todas as bancadas a poderem aguardar o desfecho das conversações entre os partidos, incluindo o seu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão, para prosseguir as suas perguntas.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: vai ou não vai baixar a idade da reforma?

Aplausos da IL.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Vai! Claro que vai!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, a Sr.ª Deputada Mariana Leitão sabe que nós não defendemos essa proposta.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem, de novo, a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão, para questionar o Sr. Primeiro-Ministro.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a verdade é que mexidas na idade da reforma sem reestruturar, sem reformar a segurança social, para garantir a sua sustentabilidade, são um ataque direto aos mais jovens.

Vozes da IL: — Claro! É isso!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — A verdade é que, atualmente, no nosso País — e vou-lhe dar alguns dados que o mostram —, apesar de o Sr. Primeiro-Ministro falar em mentalidade Ronaldo, apesar dos grandes feitos que vem aqui tentar anunciar, mas que, no fundo, não são assim tão grandes, aquilo que temos é o seguinte: quase um em cada quatro jovens já saiu do País, ou seja, desde 2017 que não emigravam tantos jovens; em dezembro de 2025, um estudo da BCG (Boston Consulting Group) referiu que quase três em cada quatro jovens, entre os 18 e os 24 anos, consideram emigrar, o que corresponde a 73 % dos nossos jovens, mais 9 pontos percentuais do que em 2024 — e estamos em 2026.

Isto é como uma geração inteira avalia a economia que, segundo o Sr. Primeiro-Ministro, segundo declarações que fez ontem, faz corar de inveja qualquer economia da União Europeia.

Risos do Deputado da IL Miguel Rangel.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Antes fosse…!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Porque é que eles sentem isto, Sr. Primeiro-Ministro? Porque, em 2022, um terço dos jovens recebia o salário mínimo e, atualmente, a maioria dos jovens que trabalham recebe 1000 €, repito, 1000 €, Sr. Primeiro-Ministro!

Mais: 15 % de todos os desempregados são jovens com o ensino superior; 18 % dos jovens em idade ativa estão desempregados; 45 % de todos os desempregados têm menos de 34 anos; os preços das casas mais do que duplicaram na última década, o que faz com que os jovens só saiam de casa perto dos 30 e que só depois possam sequer ambicionar constituir família; e, depois de uma vida assim, chegam à reforma e as projeções atuais dizem que só vão receber 40 % do seu último salário.

A verdade, Sr. Primeiro-Ministro, é que nós prometemos muito aos jovens: prometemos que eles iam singrar em Portugal; prometemos que eles iam conseguir progredir na carreira; prometemos que eles iam ter

uma casa e ser independentes; prometemos que eles iam conseguir fixar-se no interior; prometemos que eles iam conseguir constituir família e, na verdade, não estamos a entregar absolutamente nada disso.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe: são os outros países que devem corar de inveja, ou somos nós que devemos corar de vergonha por falhar a toda uma geração?

Aplausos da IL.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, a Sr.ª Deputada disse que mexer na idade da reforma sem atender à sustentabilidade da segurança social era um erro e onerava os jovens.

Eu estou de acordo,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mas…?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … mas gostaria que a Sr.ª Deputada se recordasse — quando chegarmos ao fim do jogo, não agora no intervalo — desta afirmação, para depois, eventualmente, poder ter uma avaliação global daquilo que será a evolução da discussão da legislação laboral nesta Assembleia da República.

Depois, a Sr.ª Deputada falou na valorização salarial, com um enfoque muito particular nos jovens.

A Sr.ª Deputada, independentemente dos desafios que temos ainda de enfrentar, e que são muitos — vão desde a habitação à conciliação da vida profissional com a vida familiar, à fiscalidade —, não ignora o esforço que estamos a fazer e que está a dar resultados na faixa etária mais jovem, para a fixação do nosso talento em Portugal. A Sr.ª Deputada não ignora isso, de certeza absoluta: a ajuda por via da isenção de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e do imposto do selo, o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) Jovem e todo o regime, que é muito mais favorável para os jovens até aos 35 anos.

Sr.ª Deputada, também é verdade que o País que tem crescido acima da média da União Europeia, o País que tem finanças públicas que são, de facto, de fazer corar de inveja as grandes economias da União Europeia, tem sido também o País que tem valorizado os salários e o salário mínimo, de tal maneira que, nos dois anos em que estamos no Governo, a valorização salarial em Portugal foi de 14,91 %. Sr.ª Deputada, 14,91 % comparam-se com um decréscimo em muitos dos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem ainda a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr.ª Presidente, é uma pena que o Sr. Primeiro-Ministro não tenha mais tempo para responder.

A verdade é que o Sr. Primeiro-Ministro voltou a insistir naquilo que disse ontem, ou seja, na mentalidade de Ronaldo, de que fazemos corar de inveja qualquer economia da União Europeia, mas o Sr. Primeiro-Ministro, o que está a fazer é celebrar o facto de Portugal abrandar menos do que o resto das economias europeias, e celebra como se isso fosse um grande feito, quando, na verdade, não é Portugal que se está a superar, é a Europa que abranda.

Portanto, estamos a confundir os portugueses, que, mais cedo ou mais tarde, vão perceber o que é que se está a passar, porque vão sentir isso na própria pele, mas o Sr. Primeiro-Ministro usa a desaceleração como mérito próprio.

A verdade é que os portugueses já o vão sentindo, e vou-lhe lembrar que, desde 2010, somos o sexto país da União Europeia que menos cresceu — apenas 18 %; temos o terceiro menor investimento público; temos a terceira maior quebra de produtividade; temos a sexta maior dívida; o preço da habitação é o que mais sobe,

só atrás da Hungria; e o custo da energia está acima da média europeia por causa dos impostos que os senhores cobram.

Este é que é o país que o senhor defende? É esta a mentalidade de Ronaldo que o senhor defende?

Aplausos da IL.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Primeiro-Ministro não tem tempo para responder.

Passamos, agora, às perguntas do Grupo Parlamentar do Livre, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.ª Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, a dignidade parlamentar exigiria que não tivesse dito aqui que os partidos não têm propostas no domínio do código laboral — isto da parte de um Governo que se apresentou aqui, dessa tribuna, assumindo que as negociações falharam e que agora chegaram ao Parlamento e cada um que apresente as suas propostas. Se lançam esse repto, têm de tratar com igual dignidade as propostas de todos os partidos. A do Livre chama-se «Trabalho com futuro».

O que quero saber é se o Sr. Primeiro-Ministro está disponível, tem a flexibilidade para discutir proteção social e família, mais direitos e aumento da licença de parentalidade.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Quero saber se está disposto para discutir a indexação dos aumentos salariais ao aumento de produtividade, de que se fala tanto, mas nunca está em letra de lei; se está disposto a criar um fundo de transição tecnológica para dar garantias de equidade a todos os trabalhadores nas suas empresas; se está disposto a discutir mais tempo para quem trabalha e a reposição dos 25 dias de férias — isto da parte de quem sempre os defendeu, não é da parte de quem votou contra eles e agora vem aqui, como quem aceita um bilhete para ir ao jogo e depois faz de conta que não aceita, fazer de conta que quer discutir a reposição dos dias férias.

Aplausos do L.

Pergunto se está disposto a discutir que os trabalhadores que são obrigados a trabalhar ou que, às vezes, têm de faltar em condições climatéricas extremas tenham direito à sua remuneração — como vai acontecer já na próxima semana, em que muita gente não vai conseguir sair para trabalhar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está calor, não se trabalha! Vai tudo para a praia!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E está disposto a discutir que os trabalhadores possam ter assento, através de sindicatos e comissões de trabalhadores, nos conselhos de administração de empresas?

São propostas sérias, que fazem o melhor do mundo do trabalho nos nossos parceiros europeus. A disponibilidade tem de estar do seu lado para discutir estas propostas.

Aplausos do L.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, vamos então discutir, dignificando o Parlamento e com total lealdade uns com os outros.

Sr. Deputado, a resposta é muito simples: eu estou disponível para discutir isso tudo. No decurso do processo legislativo, discutiremos isso tudo, mas, se o Sr. Deputado quer discutir de forma bilateral ou até multilateral, o Sr. Deputado está disponível para se abster ou votar a favor a proposta do Governo? Vou-lhe já dizer: não sou Deputado da bancada do PSD, mas sou Presidente do PSD, e se o Sr. Deputado garantir aqui

que, para discutir as suas propostas na especialidade, viabiliza a proposta do Governo, então, a bancada do PSD viabiliza as suas, em reciprocidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do L.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado abstém-se na votação da proposta do Governo, e o PSD, garanto-lhe, tem uma orientação do seu Presidente para se abster também na sua. Se o Sr. Deputado quiser votar a favor, eu digo à bancada do PSD para votar a favor a sua.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Força, Rui!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora, o que o Sr. Deputado quer é «sol na eira e chuva no nabal»: os senhores não podem apresentar nada, nós chumbamos, mas depois, na especialidade, temos aqui as propostas para discutir consigo.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

Ó Sr. Deputado, vamos então ser leais, vamos ser frontais uns com os outros e vamos dignificar aquele que é o trabalho parlamentar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, para questionar o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.ª Presidente, acho estranho que o Sr. Primeiro-Ministro não se tenha dado conta de que ainda estamos na generalidade.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Pois estamos! É isso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Devo dizer-lhe que o Livre não tem só a disponibilidade, tem também a responsabilidade e a obrigação de discutir com o Governo. O Governo é que não discute com todos os partidos,…

Protestos do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vamos a isso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … escolhe discutir com aqueles que se apresentam a este debate sem um pingo de seriedade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Esse é que é o problema.

Aplausos do L.

Protestos do CH e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, diga lá: abstém-se ou vota a favor?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Responde lá!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, para interpelar o Governo.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Neste caso, quero interpelar a Mesa, Sr.ª Presidente, por favor.

Protestos de Deputados do PSD e do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é a tática do PS!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Está mesmo entalado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Responde ao Primeiro-Ministro!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Faça o favor de dizer para que efeito precisa de interpelar a Mesa.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Enviaremos à Mesa, para distribuição, os projetos de lei…

Risos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Responde ao Primeiro-Ministro! Não tens coragem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … e respetivas votações que passo a citar: 136/XVI/1.ª, do PAN, 140/XVI/1.ª, do PCP, 139/XV, do Bloco de Esquerda, e 146/XVI/1.ª, do Livre, de reposição dos dias de férias, todos com votação contra por parte do Chega. É disto que falo, quando falo de não haver seriedade.

Aplausos do L.

Protestos de Deputados do PSD e do CH.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — O que é que isso tem a ver?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A esquerda está completamente perdida!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Aprendam a fazer projetos!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Esses projetos são todos públicos e, portanto, quem quiser poderá consultá-los. Vamos prosseguir.

O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.ª Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, apenas para que a Sr.ª Presidente refira ao Sr. Deputado Rui Tavares que ele não entregou nada ao Governo. Ele quis falar do Chega, mas, como não consegue atingir o Chega…

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ó pá, vai apanhar o avião para ver a seleção nacional!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … e não consegue falar de outra maneira, quis fazer um número, que não lhe correu nada bem. Aliás, os números, ao Livre, cada vez correm pior.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado Rui Tavares, quer fazer o favor de interpelar o Sr. Primeiro-Ministro? Tem tempo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Responde ao Primeiro-Ministro!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.ª Presidente, o Sr. Deputado Pedro Pinto já está no ar, já está a voar para ouvir uma resposta. Eu sei, a sua vontade era grande, mas depois recuou.

Risos do L.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É isso!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A resposta é muito simples: evidentemente, marquem a data e o Livre apresentar-se-á em São Bento para discutir diretamente com o Governo; não faz as discussões nem as negociações desta forma.

Protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É aqui, homem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O debate é hoje, Rui, é agora!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Rui Tavares está no seu tempo e pode fazer as sugestões que entender. Portanto, vamos ouvir, se faz favor.
Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Dá vontade de rir, porque até parece que qualquer outro partido negociaria desta forma. No Parlamento, como é evidente, negoceia-se com base em textos, propostas concretas, seriamente, durante horas, com papéis em cima da mesa. Portanto, um partido que leva a sério o Parlamento, é assim que negoceia.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Exatamente!

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Favor ou contra?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Há nove anos, todos estávamos confrontados…

Continuação de protestos do CH.

Se não querem respeitar, pelo menos durante uma intervenção em que se fala do que aconteceu há nove anos, é a escolha de cada um. Então, nesse caso, espero que se faça silêncio.

Vozes do CH: — Oh!…

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem razão, Sr. Deputado. Há demasiado ruído na Sala. Temos de deixar ouvir o Sr. Deputado, como temos de deixar ouvir toda a gente.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Parece o *Menino da Lágrima*!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sê homenzinho uma vez na vida!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor de continuar, Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

Creio que todos estaremos de acordo, e todos saberemos respeitar, quando nos recordarmos de que há nove anos estávamos confrontados — todos, acho eu, todos os portugueses — com uma pergunta: que País é este onde se perdem tantas vidas na sequência dos incêndios? E falou-se muito de incêndios nos anos seguintes. No entanto, não era só de incêndios que tínhamos de falar, tínhamos de falar de preparação para qualquer tipo de eventos extremos.

E nisso, como o Sr. Primeiro-Ministro sabe e reconhecerá, o Livre, neste mandato, e já durante os seus Governos, desde dezembro de 2024, tem apresentado propostas sobre preparação. Faremos as nossas jornadas parlamentares no distrito de Leiria, onde ouviremos da parte da sociedade civil e dos Srs. Autarcas o que foi e não foi feito nestes meses.

No último debate em que tive a oportunidade de o interpelar, sugeri-lhe que, para a agência de reconstrução, nomeasse alguém com um peso político tal que, se tivesse de bater com a porta, o Governo sentisse o custo político de não estar a fazer tudo o que era possível pelas populações. E mencionei, na altura, tanto uma ex-Comissária Europeia, Elisa Ferreira, como um representante especial da ONU (Organização das Nações Unidas), do seu partido, Jorge Moreira da Silva. O Sr. Primeiro-Ministro respondeu: «Esteja descansado, Sr. Deputado, eu apresentarei alguém desse calibre» — foi textualmente o que disse.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Pois foi! Uma ótima escolha!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ora, eu deixei-o trabalhar, como era o conselho. Agora, a apresentação é do Prof. Luís Ramos, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que era Vice-Reitor e, no meio de umas eleições conturbadas,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a reforma laboral?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … que foram a tribunal, não chegou a ser Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Com todo o respeito pelo Sr. Professor, aqui a questão é que o peso político que um presidente ou uma presidente de uma agência destas deve ter não é aquele que o Sr. Primeiro-Ministro nos entregou.

Que notícias é que isto nos dá acerca da maneira e da seriedade com que o Governo está a levar a cabo este programa de recuperação?

Aplausos do L.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, em primeiro lugar, de facto, quero acompanhar a referência que fez às tragédias de 2017 e a necessidade de nós, em cada ano, a cada momento, podermos ter um conjunto, não diria só de decisões, mas também de execuções que correspondam precisamente a uma melhor preparação e também a uma melhor e mais eficiente prevenção.

Este ano, quero aqui reiterá-lo, é um ano particularmente desafiante. As condições são, de facto, adversas, pelas razões que já aqui enunciei e não vou repetir. Da parte do Governo, temos, efetivamente, um Comando Integrado de Prevenção e Operações, que o Sr. Deputado, de resto, uma vez que vai estar em Leiria, pode visitar. Funciona nos Bombeiros Voluntários de Leiria e junta de forma permanente os vários serviços da proteção civil, dos bombeiros, dos sapadores florestais, do ICNF, da Guarda Nacional Republicana, das Forças Armadas, das autarquias locais. Visa, neste momento, fazer um trabalho de desobstrução da rede viária florestal, visando, também, uma campanha de sensibilização das comunidades locais para podermos diminuir o risco e, eventualmente, o efeito de alguma catástrofe que não possamos evitar.

Depois, o Sr. Deputado transportou a sua análise para, no fundo, o PTRR (Portugal Transformação, Reconstrução e Resiliência), em particular para a agência que o vai gerir. O Sr. Deputado teve a ocasião, no último debate que aqui tivemos, de fazer a sua apreciação em termos públicos de duas sugestões. Eu creio ter tido ocasião de lhe dizer que as duas sugestões do Sr. Deputado Rui Tavares preenchiam todos os requisitos: quer a Prof.ª Elisa Ferreira quer o Eng.º Jorge Moreira da Silva têm currículo mais do que suficiente do ponto de vista técnico e político para desenvolver um trabalho desta envergadura. A questão é que o Prof. Luís Ramos também tem.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Muito!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A questão é que o Prof. Luís Ramos tem um currículo académico, político, de conhecimento do território, de conhecimento da Administração Pública, em particular nas áreas que têm maior conexão com o programa de recuperação e resiliência, o que faz dele alguém de calibre similar às sugestões que o Sr. Deputado apresentou.

O Sr. Deputado pode discordar,…

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — É a opinião dele!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … mas posso-lhe dizer, e digo-o com profunda convicção, pelo meu próprio conhecimento pessoal da personalidade em causa, com quem já tive o privilégio de trabalhar, que sei precisamente das suas faculdades. Aquilo que lhe desejo é a melhor sorte, como desejaria acaso tivesse sido um dos outros dois o escolhido.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Rui Tavares tem ainda tempo para questionar o Governo.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.ª Presidente, a nossa líder parlamentar, Isabel Mendes Lopes, perguntou-lhe no último debate…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Reforma laboral: favor ou contra?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … acerca das entidades de apoio às vítimas de violência doméstica que estão, neste momento, na dúvida de receber os seus apoios. O Sr. Primeiro-Ministro não respondeu e continuam com a corda na garganta.

Hoje saíram notícias de que vão ser cortadas bolsas de mérito artístico. Como é que justifica esta decisão?

Por último, já tem um montante definido para a PSU com o qual quer obrigar pessoas a fazer trabalho de prestação social?

Aplausos do L.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, relativamente a esta última questão, aquilo que está plasmado na proposta do Governo é que ninguém perderá rendimento e que a agregação das prestações numa prestação social única não conduzirá ninguém a estar em maior fragilidade do que aquela em que estava.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Tem de subir!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora, há um acrescento. O acrescento é o incentivo à valorização do trabalho. Aquilo que estamos a fazer — e, por isso, a proposta não é, do ponto de vista orçamental, neutra — é subsidiar o ingresso das pessoas que estão a receber prestações sociais no mercado de trabalho, ajudando-as a não perderem rendimento por trabalharem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para questionar o Governo, o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, queria começar esta intervenção com um aviso ao Sr. Primeiro-Ministro.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Ah!…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É porque, de facto, o Sr. Primeiro-Ministro corre riscos! Ouvindo o Sr. Deputado André Ventura e assistindo às sucessivas cambalhotas que dá, vê-se que o Sr. Deputado André Ventura está, de facto, a disputar consigo o lugar de funcionário do mês das confederações patronais,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Funcionário do mês?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … o que seria uma certa injustiça, tendo em conta o seu empenho pessoal neste ataque aos trabalhadores e em fazer do seu Governo um Governo contra os trabalhadores.

Eu ia perguntar-lhe, tendo em conta a sua experiência e tendo em conta as longas horas de encenação que teve, de conversa com o Sr. Deputado André Ventura, o que achava que ia acontecer, se podia dar alguma informação sobre o que ia acontecer.

Risos da IL.

Ia perguntar, mas não pergunto…

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Ah!…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … porque o Sr. Deputado André Ventura explanou aqui exatamente aquilo que vai fazer. Vai encontrar uns subterfúgios; combinou consigo, ou com alguém do seu Governo,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — «Combinou consigo»?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … aquilo que estava previamente decidido que era para cair,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas o que é isto?! Achas que somos o PCP?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … para fazer umas bandeirinhas, e vai estar ao seu lado no pacote laboral, contra os trabalhadores.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

O Sr. Primeiro-Ministro colocou aqui a questão de fundo, e eu estou de acordo consigo, Sr. Primeiro-Ministro: colocou a ideia de que cada um vai ter de decidir, cada Deputado e cada partido vão ter de decidir de que lado estão.

Protestos do Deputado do CH Jorge Galveias.

E é verdade, cada um vai ter de decidir se vai estar do lado de ainda mais precariedade; se vai estar do lado de ainda mais desregulação dos horários de trabalho; se vai estar do lado de uma maior fragilidade nos contratos; se vai estar do lado dessa possibilidade de despedimento sem justa causa — cada um vai ter de decidir!

E o Sr. Primeiro-Ministro tocou no ponto certo e, permita-me que lhe diga, fê-lo de forma muito inteligente; levantou a questão, olhou para o Chega e disse «tudo isto só é possível se permitirem que a proposta passe».

Sr. Primeiro-Ministro, a pergunta que lhe faço — uma pergunta retórica — é a seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro, o seu Governo e as bancadas parlamentares do PSD, da Iniciativa Liberal, do CDS e do Chega de que lado vão estar? Vão estar do lado da precariedade…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Dos trabalhadores!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Contra o Putin!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … ou vão estar do lado da estabilidade, dos direitos,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Do lado dos trabalhadores!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … dos salários, do futuro e do presente dos jovens, dos nossos trabalhadores e do nosso País?

Aplausos do PCP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, eu não sei, não sei mesmo, onde é que o Sr. Deputado André Ventura vai estar — a essa pergunta não consigo responder —, mas tenho de dizer que o Sr. Deputado Paulo Raimundo não foi exato, porque o Sr. Deputado André Ventura, em muitas ocasiões, tem passado o Partido Comunista pela esquerda.

Risos de Deputados do PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Defesa da honra!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tem apresentado uma veia sindicalista que vai ao ponto de propor coisas que nem o Partido Comunista é capaz de propor!

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

Protestos do CH.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Aliás, no último debate, já tive o ensejo de dizer que o Sr. Deputado André Ventura é o mais socialista dos Deputados do Chega, mas ele, às vezes, até tem um travo comunista.

Risos de Deputados do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Raimundo, acho que aí não está correto.

O que é que junta o Sr. Deputado André Ventura ao Sr. Deputado Paulo Raimundo? É acharem que é possível fazer tudo e dar tudo a todos ao mesmo tempo. Não é! Eu lamento dizê-lo, mas não é.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

É possível fazer incrementos nas condições de vida, de rendimento e de trabalho dos trabalhadores portugueses — sim, é possível fazer isso —, mas não é possível, ao mesmo tempo, prometer e garantir tudo a todos. E os Srs. Deputados, de facto, estão aqui numa coligação discursiva, porque ambos acabam por defender as mesmas soluções em algumas circunstâncias.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Olhe que não, olhe que não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado Paulo Raimundo: o que é que nós queremos com esta alteração legislativa? Queremos, efetivamente, tornar a nossa economia mais competitiva, mais produtiva; queremos um mercado laboral mais dinâmico, para dar mais oportunidades de emprego e pagar melhores salários, para que este *score*, que é invejável…

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Este *score*, Sr. Deputado: em 2024 e 2025, o salário médio mensal líquido real dos portugueses cresceu 14,91 %.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Esta é que é a realidade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nos dois anos anteriores tinha tido um decréscimo de 3,30 %.

O período onde houve um incremento maior, precisamente por força das circunstâncias do processo inflacionista,…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Inflacionista?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … foi em 2020 e em 2021, mas mesmo assim ficou muito aquém: ficou nos 8 %.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Sr. Deputado, nós estamos a valorizar os salários. O salário mínimo está a crescer, o salário médio está a subir; nós estamos a promover a valorização dos funcionários públicos.

O Sr. Deputado pode discordar das soluções, mas há uma coisa — são factos! — que o Sr. Deputado deve admitir: os portugueses estão a ter um rendimento maior e, comparativamente com os outros países da União Europeia e da OCDE, estão mesmo na linha da frente dessa valorização.

Isso acontece por três circunstâncias: a redução dos impostos sobre o rendimento do trabalho,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … a valorização dos vencimentos na Administração Pública e o aumento do salário mínimo — e, conjuntamente com o crescimento da economia, a valorização salarial como um todo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o Livre, como é que vai votar?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, fica-lhe mal esse enrolar com o seu aliado, o Chega, agora sobre o pacote laboral. Não lhe fica bem, depois de tanto esforço do Sr. Deputado André Ventura, depois de tanta… Nós, aqui, até parecíamos uns paus de cabeleira, quando os Srs. Deputados estavam a debater!

Risos do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh lá!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Parecíamos uns paus de cabeleira, mas, pronto,…

Protestos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi pau de cabeleira da geringonça!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … não lhe fica bem. Reconheça o papel e o contributo do Chega nesta questão!

Há uma coisa, Sr. Primeiro-Ministro, que eu lhe queria dizer, de forma muito clara, a si e a todos. Sim, há muitas coisas que separam, naturalmente, os dois partidos — e a mim e ao Sr. André Ventura, naturalmente —, mas há uma coisa que, de facto, nos separa mesmo: podem estar contra isto ou aquilo, mas daqui há coerência, não há demagogia, nem há inverdades e mentiras. Esta é uma grande diferença face, em particular, ao partido Chega.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor voltou a fazer aquilo que fez sempre durante estes debates sobre o pacote laboral. Não sei se vai cá estar amanhã para debater connosco o pacote laboral — certamente estará, tendo em conta o seu empenho nesta matéria —, mas fez o mesmo que faz sempre e que é: fala, no geral, na competitividade, em que é preciso crescer, que vamos crescer. Fala nisso tudo! Aliás, a linha de argumentação é exatamente a mesma que utilizou para a descida do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), é exatamente a mesma coisa.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É fundamental!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O que o Sr. Primeiro-Ministro não consegue fazer — e diga-se, com justiça, que nem o Sr. Primeiro-Ministro, nem a bancada do PSD, nem a Iniciativa Liberal, nem o CDS, nem o Chega o conseguem fazer — é defender uma única medida do pacote laboral que justifique esse seu objetivo, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Quantas?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Está a ouvir mal!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O Sr. Primeiro-Ministro diz «queremos aumentar os salários», mas aqueles que trabalham na precariedade, com contratos precários, na maioria jovens,…

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

… ganham, em média, menos 20 % do que os trabalhadores efetivos.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — As empresas não contratam!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Portanto, o que o Sr. Primeiro-Ministro quer é generalizar a precariedade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, não!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — O que o Sr. Primeiro-Ministro quer é generalizar a instabilidade, e isso não vai levar ao aumento dos salários, mas sim à pressão sobre os salários!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não há uma proposta do PCP!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, vou já satisfazer a sua curiosidade: a equipa de governantes que vai estar aqui amanhã, para discutir a proposta de lei do Governo, vai ser liderada pela Sr.ª Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Pois! Mas também podia vir!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E vou garantir-lhe, Sr. Deputado, que a Sr.ª Ministra vai fazê-lo muito melhor do que eu seria capaz — não tenho dúvidas nenhumas.

Aplausos de Deputados do PSD.

O Sr. Deputado vai ter ocasião de lhe colocar essas questões todas, e outras,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, porque amanhã está de greve!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e vai depois concluir que mais valia ter vindo o Primeiro-Ministro, dado que, se calhar, a coisa correria melhor.

Sr. Deputado, não tenha dúvidas, esta é uma proposta que tem fundamento e, sobretudo, uma motivação alcançável: um País produtivo, competitivo, com melhores salários, com mais esperança para quem está no mercado de trabalho.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Primeiro-Ministro, é só conversa!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para colocar questões ao Sr. Primeiro-Ministro, pelo Bloco de Esquerda, tem agora a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Cabo Verde estreou-se no Mundial e empatou com a Espanha, campeã da Europa. Quando as regras são justas, há

seleções-surpresa. O problema é que, em Portugal, as regras não têm sido justas — temos um campo inclinado sempre para o mesmo lado!

O Sr. Primeiro-Ministro quer impor um pacote laboral ao País que baixa salários. Quando um dos nossos problemas é trabalhar-se tanto e por pouco dinheiro, o Sr. Primeiro-Ministro acha que a prioridade da sua governação deve fazer com que os portugueses ganhem ainda menos.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Quer impor uma prestação social única que obriga doentes oncológicos, pessoas com deficiência e viúvas a prestarem trabalho gratuito,…

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

… que corta apoios a crianças se um adulto falhar com uma obrigação absurda.

Os combustíveis estão mais caros, o cabaz alimentar está mais caro, a casa está mais cara, mas o imposto sobre lucros extraordinários anunciado há um mês ninguém viu! Bola!

Ou seja, veja-se a fotografia completa do jogo: a quem trabalha, aperta-se; à viúva, exige-se; à criança, corta-se; mas ao multimilionário que está a ganhar com a crise energética, perdoa-se. Com o Sr. Primeiro-Ministro sabe-se sempre o resultado do jogo: ganham sempre os mesmos — a banca, a grande distribuição, as elétricas e as petrolíferas.

Por isso, pergunto-lhe: quando é que vai apresentar o imposto sobre lucros extraordinários à Assembleia da República?

Hoje, a seleção nacional entra em campo, e o País está todo com ela, porque as regras são justas nesse mesmo jogo.

Protestos do Deputado da IL Rui Rocha.

O que o País também exige ao Sr. Primeiro-Ministro é que pare de torcer contra quem trabalha. Traga o imposto, para termos mais meios para responder à crise!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Um tipo de esquerda a dizer «traga o imposto»! Vocês é que deviam pagar impostos!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, na última vez que todos os intervenientes foram a jogo, o resultado foi: 1 em 230! Ou seja, 1 com 229.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (PSD): — Bela malha! Bela malha…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas o Sr. Deputado tem uma forma muito peculiar de olhar para a inclinação do terreno de jogo. O Sr. Deputado tem essa forma peculiar de achar que o terreno de jogo, onde de um lado está 1 e do outro estão 229, está nivelado! Não está, Sr. Deputado, não está!

Risos de Deputados do PSD e do CH.

E não está, porquê? Não está, porque o Sr. Deputado anda há anos a dizer aquilo que acabou de dizer agora. O Sr. Deputado anda, há anos,…

O Sr. **André Ventura** (PSD): — Há muitos anos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … a dizer que o PSD e o atual Primeiro-Ministro estão a prestar um serviço às grandes empresas, que não estão a olhar para as pessoas. Estamos a olhar para as pessoas, e é o que as pessoas dizem, Sr. Deputado!

O que o Sr. Deputado diz é desinformação. Ainda não concluiu que a desinformação não é boa conselheira, Sr. Deputado?! Não diga coisas que não são verdade, nem sobre a prestação social única, nem sobre a lei laboral — não são verdade!

No caso da prestação social única, Sr. Deputado, diga assim: o Governo propõe que as pessoas que recebem prestações sociais possam ter disponibilidade para trabalhar, possam responder a oportunidades de emprego, possam participar em ações de formação e possam também retribuir a solidariedade com o seu trabalho —…

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … uma parte pequena do seu trabalho,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Trabalho é salário!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … da sua solidariedade — em instituições sociais, em autarquias.

Ó Sr. Deputado, claro que preenchendo condições. Não queremos violentar ninguém, Sr. Deputado! Queremos uma sociedade que, por um lado, seja justa, mas que, por outro lado, olhe para as pessoas e as queira valorizar.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Claro!

Protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós queremos tirar as pessoas da circunstância que as leva a terem necessidade de ter prestações sociais, Sr. Deputado. Os Srs. Deputados querem que as pessoas lá fiquem a vida toda! Nós não nos resignamos a isso, Sr. Deputado…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Bela malha! Fabian, é melhor nem dizer mais nada!…

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.ª Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, hoje, enquanto Portugal entra em campo e os portugueses, com orgulho, vibram com a seleção, a verdade é que os portugueses continuam a perder num dos campeonatos. Falamos, desde logo, no acesso à habitação, com os preços das casas sempre a subir, mas também naquilo que diz respeito ao pacote laboral, numa reforma a que o País, claramente, teve uma rejeição transversal, não só porque diaboliza a maternidade, mas também os mais vulneráveis.

Depois, no ambiente, a reconversão e a transformação são sempre para pior e fruto dos grandes incêndios. Aliás, na data que hoje assinalamos, não podíamos deixar passar isso em branco.

Por outro lado, também nas alterações climáticas, Portugal continua sempre no banco dos suplentes. Apesar de termos já projeções de temperaturas a aumentarem para mais de 40° C, a verdade é que continuamos com a lei de bases na gaveta e que nada tem sido feito nesta dimensão.

Mas porque muito se tem discutido em torno da PSU, queria falar-lhe em subsidiodependência. Entrando na proteção animal, há uns subsidiodependentes que eu não poderia deixar de trazer aqui hoje. Vejamos, se queremos falar neste campeonato, quem tem estado sempre na Primeira Liga é a tauromaquia,…

Protestos de Deputados do CH.

… desde logo com benefícios de IVA zero e IVA reduzido para os bilhetes. Já quando falamos das famílias que têm animais de companhia e que querem cuidar dos seus animais, são taxados como um bem de luxo, seja na alimentação seja na saúde. E no que diz respeito a ter direito a um dia de luto, na reforma e no pacote laboral, ficou também de fora.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sabes lá!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, de uma vez por todas, temos de olhar com seriedade para o País, na transformação que queremos nas várias áreas. Mas os portugueses têm de saber qual é o plano que quer trazer e têm de saber, de forma clara e com regras justas, se vai entrar em campo com a camisola da seleção efetivamente vestida, em particular nos grandes desafios, como é o caso das alterações climáticas. Não podemos falar nas tempestades…

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

… e nos comboios de tempestades no País, mas continuar a permitir que não se valorizem os bombeiros fora dos grandes incêndios ou que não se faça uma reforma à séria na área da saúde e também na proteção animal.

Por isso, pergunto-lhe se está disponível para, de uma vez por todas, colocar os portugueses a ganhar, longe daquilo que são promessas eleitoralistas, Sr. Primeiro-Ministro. Porque, uma coisa é certa, o orgulho dos portugueses, quando entram em campo, é imenso; resta saber se está disponível para ser treinador de bancada ou se, efetivamente, vai entrar também em campo, no jogo, com a seleção.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, em sentido figurado, creio que vamos entrar todos em campo daqui a pouco. Em sentido literal, naturalmente que não posso entrar em campo.

Não sei se a Sr.ª Deputada sabe, mas, quando jogava futebol, eu era ponta de lança. Espero que não seja por falta de pontas de lança que vamos deixar de ganhar o jogo.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Agora, Sr.ª Deputada, deixe-me dizer-lhe: mencionou várias temáticas, de passagem, e eu tentarei, pelo menos, responder a duas ou três.

A primeira é sobre as alterações climáticas. A Sr.ª Deputada não desconhece o empenho deste Governo nesse domínio, porque tem tido várias ocasiões de interação, nomeadamente, com o Ministério do Ambiente e Energia. Amanhã mesmo — dirão, nesta bancada do meu lado direito, «é sempre amanhã», porque amanhã é a reunião do Conselho de Ministros —,…

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… vamos aprovar a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, que vem, naturalmente, na sequência de outras decisões. Vem na sequência de uma estratégia que junta a política da água, a política

florestal, a política de valorização e ordenamento do território e, naturalmente, também as políticas preventivas: o apoio aos bombeiros, ao setor da saúde e, em circunstâncias específicas, também de proteção animal.

A Sr.ª Deputada, de resto, tem colocado essa circunstância até no âmbito dos processos de recuperação e de trabalhos, digamos, de reposição da normalidade, quando há catástrofes, e nós temos dado sequência a muitas das suas preocupações.

Relativamente ao dia passível de gozo de luto relativamente a animais de companhia, quero dizer-lhe, Sr.ª Deputada, que tenho muito respeito, porque conheço, por razões pessoais, muitas pessoas que ficam efetivamente muito marcadas por perdas de animais de companhia. Isso tem de ser respeitado! Mas Sr.ª Deputada, teremos ainda de fazer uma avaliação muito mais profunda para podermos chegar a uma conclusão efetiva. Não deixaremos de a fazer, isso posso garantir-lhe.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para fazer perguntas, tem agora a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, na semana passada, o Sr. Ministro da Presidência, Leitão Amaro, em visita à ilha da Madeira e na sua participação no fórum sobre as autonomias, disse, em alta voz, que as alterações ao subsídio social de mobilidade, aprovadas de uma forma democrática neste Parlamento, constituíram uma enorme irresponsabilidade.

Mas Sr. Primeiro-Ministro, na minha opinião, irresponsabilidade é o Estado português continuar, ano após ano, sem resolver um problema que afeta milhares de portugueses que residem nas ilhas. Irresponsabilidade é obrigar madeirenses, açorianos e porto-santenses a adiantarem centenas de milhares de euros para poderem viajar dentro do seu próprio país. Irresponsabilidade é manter um sistema burocrático injusto e penalizador para quem vive numa região ultraperiférica. Irresponsabilidade é, ainda, falar de coesão territorial enquanto se continua a tratar a mobilidade aérea e marítima como um luxo ou um problema secundário.

Mais, Primeiro-Ministro, irresponsabilidade é tentar desvalorizar uma decisão legítima desta Assembleia da República — legítima e democrática —, quando aquilo que está em causa é corrigir injustiças que o próprio Estado português tem sido incapaz de resolver, ao longo de décadas.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, deixo aqui um apelo, de cerca de meio milhão de portugueses que residem nas ilhas, nomeadamente 250 000 madeirenses e 240 000 açorianos, e, de forma objetiva e sem rodeios, peço uma resposta direta: qual são, à data, o prazo e a solução concreta que o Governo apresenta para resolver, de uma vez por todas, o problema da mobilidade aérea entre a Madeira, o Porto Santo e os Açores e o território continental? No que diz respeito à mobilidade marítima, já está em condições de apresentar e partilhar, com esta Assembleia e com todos os Deputados, o estudo do Governo que foi recentemente apresentado?

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Sousa, nós sabemos que não ignora todo o histórico à volta da questão do subsídio social de mobilidade. E não ignora que foi um Governo do PSD, liderado pelo PSD, com o CDS, que criou o subsídio social de mobilidade e que, através da respetiva evolução, quis sempre mitigar, diminuir as dificuldades de mobilidade de açorianos, madeirenses e porto-santenses.

O Sr. Deputado sabe também que, durante muitos anos — oito anos, para ser mais concreto —, não houve atualização das comparticipações e dos mecanismos de funcionamento deste instrumento.

É verdade, Sr. Deputado: o sistema tornou-se burocrático. O sistema criou a injustiça de forçar as pessoas, nomeadamente aquelas que viajam mais vezes, a terem de adiantar verbas muito significativas.

É verdade que também ficou demonstrado, já no âmbito de Governos destes últimos dois anos, que quando aumentámos a comparticipação e alterámos as regras de funcionamento do subsídio social de mobilidade conseguimos detetar mais fraudes, mais aproveitamentos indevidos, o que nos permite também ter

depois a correspetiva verba para podermos valorizar mais o nosso apoio. Foi sempre nesse princípio que tivemos disponibilidade para trabalhar com a Assembleia da República.

O que o Sr. Ministro da Presidência disse foi que, ao acabar o teto para a candidatura a este subsídio de mobilidade, o efeito pernicioso que pode acontecer é o aumento significativo das tarifas e as viagens ficarem a preços incomportáveis, para quem reside nas regiões autónomas e para quem as quer visitar. O efeito económico disto é muito mau, Sr. Deputado, é nossa…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, pelo CDS-PP, o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, ao chegar ao fim deste debate, e em jeito de conclusão, vemos mais uma vez que a esquerda não aprende mesmo nada.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Hum-hum…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Portugal tem a segunda legislação laboral mais rígida da OCDE. O que quer a esquerda? Nada!

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto e da Deputada do PCP Paula Santos.

Os salários estão 35 % abaixo da média da União Europeia. O que quer a esquerda? Zero!

Protestos do PCP e de Deputados do PS e do L.

O desemprego jovem continua estruturalmente elevado. O que quer a esquerda? Absolutamente nada!

Srs. Deputados, conformam-se mesmo com isto tudo? Acham mesmo que tudo pode ficar na mesma? Nós não! Este Governo e esta maioria acham que não.

É precisamente para aumentar os salários, para aumentar a competitividade e a produtividade que este Governo apresentou a reforma laboral. E estamos, como já foi dito, disponíveis para negociar.

Mas não posso deixar de referir, neste debate, a posição absolutamente caricata do PS. O Partido Socialista é contra esta reforma. E o que faz? Chama o reformado e pensionista Mário Centeno — Sr. Deputado André Ventura, esta tem direitos de autor! —…

Risos dos Deputados do CH André Ventura e Pedro Pinto.

… para começar já a preparar a sua contrarreforma.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É o Ronaldo das Finanças!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Aqui e na Europa!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Srs. Deputados, só o PS para chamar um reformado para falar de reformas! Só o PS para chamar um pensionista para falar de trabalho! Só o PS para chamar um ex-ministro que, antes de passar à reforma, não fez uma única reforma estrutural!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS.

A estratégia do PS é sempre a mesma: para que nada mude, chama alguém que nunca mudou nada.

Mas Srs. Deputados, o País quer mudança, o País quer reformas e foi por isso que já votou duas vezes na AD! E o País vai ter reformas.

Sr. Primeiro-Ministro, há Deputados da esquerda que acham que o País avança quando para; nós, na AD, sabemos que o País só avança quando se reforma.

Por isso, deixo-lhe a primeira pergunta: como é que os partidos do contra podem dizer a um jovem qualificado português, que ganha menos do que outro jovem noutros países da União Europeia, que tudo deve e pode ficar na mesma?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do PS e do PCP.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Pergunta ao Bagão Félix!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, de facto, acabou por sintetizar aquele que foi o resultado de oito anos de governação. Foram oito anos de governação em que as transformações e as reformas ficaram literalmente cativadas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ficaram numa gaveta, à espera de que alguém, um dia, as descativasse e decidisse implementá-las.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Esse dia chegou em 2024, e desde essa altura que o País vem cumprindo um programa de transformação que começa a produzir os seus efeitos, mesmo em áreas que são especialmente desafiantes, como é a área da habitação.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — O Passos Coelho acha isso mesmo!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas o Sr. Deputado também utilizou uma expressão que, de facto, está a ganhar cada vez mais substância e solidez no debate político. Temos uma ala do Parlamento que se transformou verdadeiramente nos partidos do contra, os partidos que estão sempre contra tudo.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Por isso é que aprovámos os Orçamentos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Inclui-se nessa ala esquerda o partido mais representativo, que é o Partido Socialista.

Protestos de Deputados do PS.

Está, de facto, numa situação em que já não é capaz, sequer, de mostrar disponibilidade, ainda que com reservas, para poder dialogar.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Dois Orçamentos aprovados!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É preciso criar uma prestação social única? «Somos contra, somos contra»! Os senhores tiram a proposta e apresentam uma proposta só para juntar as prestações:…

«Nós votamos e depois fazem o que quiserem no Governo»!

É preciso alterar as leis laborais? Não, «é um retrocesso civilizacional»!

Veja bem a proporção daquilo que é dito!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — É o Bagão Félix!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, não estão disponíveis.

Agora, os Srs. Deputados do Partido Socialista estão ali a evocar figuras do espaço político que não é socialista para justificar a sua posição.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Passos Coelho!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Veja bem o absurdo!

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — É, é!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quer dizer, a referência agora são as personalidades que estão a ser referidas pelos Deputados do Partido Socialista? Os primeiros-ministros e ex-ministros de Governos da AD? Ai agora são bons, Srs. Deputados? É isso que querem dizer?

Risos de Deputados do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não, são maus!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora são bons, Sr. Deputado? Dá jeito que sejam bons agora!

Ó Srs. Deputados, os Srs. Deputados gostam, efetivamente, é de que tudo fique como está, que não se incomode ninguém.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — O Passos Coelho também acha!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Gostam que tudo funcione como está e, no futuro, logo se verá qual vai ser o resultado.

Srs. Deputados, essa política não serve o interesse do País, não serve o interesse dos jovens portugueses, não aponta ao futuro. Portanto, Sr. Deputado Paulo Núncio, teremos de continuar o percurso, ambicionando que um dia o Partido Socialista, nomeadamente, possa concluir que, afinal, esta estratégia está a tornar o partido irrelevante — e a irrelevância não tem, depois, expressão eleitoral.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — A irrelevância era para o CDS!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Continua no uso da palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, soubemos esta semana, como aliás já foi referido, que, em 2025, Portugal conseguiu inverter o défice de novas casas, pela primeira vez, nos últimos 11 anos.

Este resultado baseia-se em dois fatores determinantes: por um lado, a redução da imigração e, por outro lado, o aumento das novas casas no mercado.

Este resultado sublinha o que a esquerda se recusa a aceitar: que a solução para a crise da habitação não passa por fixar rendas, castigar fiscalmente os proprietários e, muito menos, por arrendamentos forçados e confisco de propriedade. Passa, isso sim, por mais construção, pela oferta de mais casas…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso mesmo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e pela confiança no arrendamento.
Sr. Primeiro-Ministro, por isso pergunto-lhe:…

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Agora é que vai ser!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … com o pacote fiscal para a habitação, que já foi aprovado este ano, e com o reforço da confiança no mercado, podemos esperar mais construção e mais casas, até ao fim da Legislatura?

Aplausos do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, podemos esperar, e a minha convicção é que vai mesmo acontecer.

A tendência, na parte que nos diz mais diretamente respeito, está traçada e delineada. Temos o maior investimento de sempre na habitação pública, o maior de sempre na nossa democracia.

Na parte privada, na parte do mercado, Sr. Deputado, é verdade, as condições de simplificação dos processos de licenciamento, combate à burocracia, cruzadas com uma fiscalidade amiga do investimento — que também ajuda à procura, mas ajuda, sobretudo, à oferta — estão a produzir efeito. O efeito demora algum tempo, mas está a chegar. A nossa convicção é que se vai prolongar nos próximos anos e é isso que…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Agora é que é!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, não resisto a fazer dois apontamentos sobre o nosso debate quinzenal, que agora se aproxima do fim.

O primeiro, manifestamente, é para deixar aqui um desejo expresso, em meu nome e creio que em nome da esmagadora maioria dos portugueses: espero mesmo que, daqui a um par de horas, o nosso selecionador nacional, Roberto Martínez, tenha uma tática muito melhor do que aquela que usou hoje aqui o Partido Socialista, porque, caso contrário, vai ser um desastre hoje o jogo da nossa seleção.

Risos de Deputados do PSD.

O segundo apontamento vai diretamente para o Deputado André Ventura,…

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — O seu novo amigo!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Lindo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … para lhe dar nota do seguinte: Sr. Deputado, acompanho a análise que fez ao novo recrutamento do Dr. Mário Centeno pelo Partido Socialista.

Protestos do Deputado do PS António Mendonça Mendes.

Mas devo dizer-lhe que, sobretudo da parte de V. Ex.ª, haveria outros argumentos para aduzir. O argumento da idade da reforma não me pareceu muito certeiro,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Para os outros!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … tanto mais que o Sr. Deputado anda há meses a falar na baixa da idade da reforma. Creio que poderia ter utilizado outros argumentos.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Podia ter utilizado argumentos do género: «O Sr. Ministro Mário Centeno, enquanto Ministro, foi o Ministro das cativações, foi o Ministro que mais parou o investimento público em Portugal,…

Vozes do PSD: — Verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … que mais aumentou os impostos indiretos em Portugal, foi o Ministro, de facto, da austeridade encapotada, que era o rosto do Governo do Partido Socialista.» Isso, sim!

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Das cativações, não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É isso que quer, agora, o Deputado José Luís Carneiro, Secretário-Geral do Partido Socialista, ao trazer outra vez Mário Centeno para ser o arauto das reformas económicas do Partido Socialista.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Olhe que as pessoas gostam dele, garanto-lhe! O povo gosta dele! O Mário Centeno era o Ronaldo das finanças!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Nada de novo, estamos conversados sobre essa matéria.

Porém, Sr. Primeiro-Ministro, o debate quinzenal não deve estar alheado daquilo que se passa no espaço público, no debate político em Portugal. Eu queria ser muito direto com o Partido Socialista. Queria mesmo ser absolutamente franco e olhos nos olhos.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Tenha lá calma!…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E sei bem o que vou dizer, Sr. Deputado José Luís Carneiro. O Partido Socialista, na forma de fazer política, tem sido de uma sonsice e de uma hipocrisia total.

Vozes do PSD: — É verdade!

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É ver!!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Dois Orçamentos!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E vou dizer-lhe porquê, Sr. Deputado José Luís Carneiro. É mesmo assim: tem sido, do ponto de vista político, de uma sonsice e de uma enorme hipocrisia.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Os senhores não conseguem fazer acordos com gente civilizada!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Partido Socialista, pela voz do Deputado Eurico Brilhante Dias, disse, há dias, a propósito da Prestação Social Única: «Nós estamos contra. A proposta de lei tem um conjunto de insuficiências e tem uma ideia repulsiva, do ponto de vista democrático, que é um canal de denúncias, colocando portugueses atrás dos portugueses, fiscalizando a sua atividade, o que nos parece uma ideia antidemocrática.»

Aplausos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Pois bem, a sonsice e a hipocrisia vêm, quando nós sabemos que a Autoridade Tributária tem um canal de denúncias, a Provedoria de Justiça tem um canal de denúncias, mas vejam só, o Deputado José Luís Carneiro anunciou, dentro do Partido Socialista, criar um código de ética e um canal de denúncias. Ora, parece mal aos portugueses!

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

De facto, é brilhante. Para o Partido Socialista, parece muito mal que os portugueses possam denunciar as fraudes que existem no acesso aos subsídios da segurança social. Porém, se calhar, vá-se lá saber porquê, acham bem que os socialistas andem atrás de socialistas, a denunciarem-se uns aos outros no canal de denúncias interno.

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do PS.

Ainda em relação à Prestação Social Única, Sr. Primeiro-Ministro, vieram dizer que estavam revoltadíssimos, indignados com a nossa insensibilidade humana. Veja bem, o Governo veio dizer ao País que aqueles que tivessem uma incapacidade até 80 % tinham de contribuir 3 horas por semana na atividade social solidária.

Veja-se bem a hipocrisia e a sonsice do Partido Socialista: nós decalcámos a norma que vigorou, em todo o tempo da governação do Partido Socialista, relativamente às regras do subsídio do Rendimento Social de Inserção. É sonsice e é hipocrisia!

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS António Mendonça Mendes.

O auge da sonsice e da hipocrisia veio depois. Veio quando, hoje e ontem, ouvimos o Deputado José Luís Carneiro muito indignado, porque o Governo não chamou o Partido Socialista para dialogar sobre a reforma das leis laborais e só tem conversado com o Chega. Disse mesmo: «O Governo não me chamou e, portanto, eu estou fora dessa negociação.»

Olhe, Sr. Primeiro-Ministro, eu, normalmente quando um Deputado do PSD fala, é como se estivesse a falar pela voz do líder parlamentar, e foi assim que eu entendi as palavras dos Deputados do Partido Socialista.

Vamos ver o que disse o Deputado Tiago Barbosa Ribeiro, a 10 de fevereiro: «Estas alterações merecem a oposição da maioria do País e o PS acompanha esse sentimento. O voto contra, na generalidade, está anunciado, votaremos contra.» Nós confiamos no Tiago Barbosa Ribeiro.

A seguir, veio, a 9 de abril — já lá vai —, o Deputado socialista Miguel Cabrita,…

Protestos do Deputado do PS José Luís Carneiro.

… que é o grande defensor das questões laborais no Partido Socialista, dizer: «O Governo não contará com o PS para aprovar a proposta da reforma laboral, caso esta seja apresentada ao Parlamento.»

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Não disse nada disso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ouvi ontem o Deputado José Luís Carneiro indignado por não ter sido chamado para negociar, mas eles já se tinham posto de parte. E eu pensei: «Bem, desautorizou os dois Deputados do Partido Socialista.»

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mas convidou ou não convidou?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Olhe, não. Diz o Deputado José Luís Carneiro: «Fui o primeiro líder partidário» — veja bem, no dia 3 de agosto de 2025! — «a dizer que esta era uma opção errada e que atentava contra os direitos fundamentais dos trabalhadores.»

Aplausos de Deputados do PS.

«O PS já disse: votará contra esta proposta e esta terá oposição do Partido Socialista.»

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Deputado José Luís Carneiro, quem, há mais de um ano, anda a dizer que não negoceia, que votará contra, que papel de *Calimero* quer fazer agora, por não ser chamado às negociações? É sonsice! É sonsice, Sr. Deputado!

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do PS.

Sr. Deputado, devo dizer-lhe que eu esperava de si, do ponto de vista político, maior verticalidade. E vou dizer-lhe porquê.

O Sr. Deputado, hoje, está vestido com pele de cordeiro, mas tem-se transformado num lobo. Se quiser, é mais pele de carneiro transformado em lobo.

Devo dizer-lhe que, há bocado, invoquei e perguntei se o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos ia intervir no debate, porque, honestamente, o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos foi sempre, pelo menos, mais genuíno que V. Ex.ª, porque nós, com o Dr. Pedro Nuno Santos, sabíamos ao que vínhamos.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Com V. Ex.ª, o senhor vai dissimulando, vai dissimulando, mas consegue ser mais radical do que o Deputado Pedro Nuno Santos. E vou dizer-lhe porquê.

Aplausos do PSD.

É, o Sr. Deputado é mais radical do que o PS e Pedro Nuno Santos. Olhe, vou dizer-lhe, numa linguagem que todos percebem, porquê: reforma da lei da imigração, o PS pôs-se de fora; reforma da Lei da Nacionalidade, o PS pôs-se de fora; PSU, o PS pôs-se de fora.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Não é assim…!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quer mais? Quer que continue? Legislação laboral, o PS pôs-se de fora. E sabe porque é que o PS se põe de fora? O Sr. Deputado José Luís Carneiro tem uma ideia de diálogo que nós não temos. O Sr. Deputado José Luís Carneiro não quer nada.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Quero, quero!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Quer, quer!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Deputado está apostado no insucesso do Governo, mas está com azar, porque nós estamos a transformar o País e a melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. Deputado José Luís Carneiro acha, Sr. Primeiro-Ministro, que o diálogo se faz…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Ouça lá, que vai gostar desta:…

Risos de Deputados do PSD.

… o Sr. Deputado José Luís Carneiro acha que o diálogo se faz através dos CTT (Correios de Portugal). É assim que o Deputado José Luís Carneiro acha que se faz o diálogo entre o Governo e o Partido Socialista.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Olha ali o Leitão Amaro…!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Manda cartas, mas quando é para dialogar, olhos nos olhos, o Partido Socialista tem-se posto de fora de todas as reformas.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Dois Orçamentos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E o terceiro, ainda!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pois bem, neste debate quinzenal, quero dizer, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o seguinte ao Sr. Deputado José Luís Carneiro e à bancada do Partido Socialista: os senhores ainda vão a tempo de fazer aquilo para que foram eleitos, que é…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Trabalhar!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … fazer oposição, mas contribuir para que o Governo possa governar e transformar o País.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — E não fazemos?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Os senhores, na sexta-feira, têm a hipótese de viabilizar a legislação laboral, para discutir connosco, na especialidade.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O senhor quer é negociar com o Chega, porque é mais fácil!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Se os senhores querem diálogo, vamos ter este diálogo na especialidade.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Os senhores não querem diálogo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Os senhores têm ainda a oportunidade de aprovar connosco a reforma do Tribunal de Contas e todas as outras reformas que vierem a este Parlamento.

Sabe, Sr. Deputado José Luís Carneiro, quero dizer-lhe o seguinte: pode enviar cartas ao Governo ou pode enviar cartas ao Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ó Hugo, olha ali o Gonçalo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Há uma coisa que eu lhe quero dizer: nesta bancada, nunca fugiremos ao diálogo, olhos nos olhos, para construir com o PS, assim o PS queira, as melhores soluções para o País.

Aplausos do PSD.

A verdade, Sr. Primeiro-Ministro, é que o PS não quer.

Eu, Sr. Primeiro-Ministro, lamento. Lamento-o, porque o Partido Socialista teve o resultado que teve nas urnas e deveria perceber que, se fosse para ficar tudo na mesma, se fosse para continuar tudo no marasmo que foram os oito anos de governação do Partido Socialista, certamente os portugueses não teriam dito que queriam V. Ex.ª a governar e teriam posto o Partido Socialista a governar.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Já cá faltava essa!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora, da interpretação dos resultados eleitorais, podemos dizer o seguinte: cabe ao Partido Socialista fazer oposição ao Governo? Sim, mas não cabe ao Partido Socialista ser este partido dissimulado e que faz da hipocrisia política o seu principal móbil, porque o Partido Socialista está hoje mais radicalizado, repito, do que no tempo de Pedro Nuno Santos, Deputado na Assembleia da República.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh…!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Radicalizado! Radicalizado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Essa é que é a verdade! E eu queria perguntar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, no fundo, como é que avalia, como é que analisa, como é que interpreta esta postura do Partido Socialista, que tanto envia cartas para São Bento, como depois se põe de fora de todas as reformas essenciais para o País.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Para radicalizar!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sei bem que não falta, no espaço público, quem entenda que há uma enorme promiscuidade entre a política e o desporto, designadamente o futebol. Não faltará, no espaço público, quem criticará o que vou dizer agora, mas vou dizê-lo na mesma, porque sou mesmo assim.

Vozes do PS: — Ah!…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Queria dizer, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, o seguinte, correndo todos esses riscos: falta cerca de uma hora e meia para a nossa seleção nacional entrar em campo e creio que expresso o sentimento generalizado de todas e de todos os portugueses se disser, Sr. Primeiro-Ministro, que nós, neste grupo parlamentar — e aqui, julgo que, apesar de se esconderem atrás de alguns argumentos formais, todos os outros grupos parlamentares nos poderão acompanhar —, desejamos mesmo um grande sucesso à Seleção Nacional de Futebol e que Portugal possa honrar-nos e ser campeão do mundo de futebol!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS António Mendonça Mendes.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, se querem avançar no debate e não perder muito tempo, é bom que se consiga ouvir o Sr. Primeiro-Ministro. Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, tenho alguma dificuldade em estar agora, aqui neste momento, a fazer uma análise política e político-partidária sobre os comportamentos e posicionamentos políticos dos partidos. Terei, aliás, a oportunidade de o fazer no próximo fim de semana, investido na minha função de Presidente do PSD reeleito, no congresso que realizaremos, onde não deixarei de transmitir ao País a minha visão sobre a evolução política e também partidária de Portugal.

Quero dizer-lhe que hoje é um dia de esperança. É, de facto, um dia de esperança. Portanto, nós também vamos ter esperança de que o Partido Socialista possa reencontrar-se e dar mais sequência às suas disponibilidades para o diálogo político com o Governo e com os partidos que o suportam.

Devo dizer que, da nossa parte, temos feito esse esforço. Não é por falta de oportunidades que, às vezes, não abrimos processos de aproximação nas várias matérias que, nomeadamente, carecem de um apoio político maior do que aquele que nós temos na Assembleia da República. Não é por falta de oportunidades; é por, legitimamente, cada um decidir aquilo que entende sobre as propostas e sobre a realidade do País.

A verdade é que o Partido Socialista não sentiu apelo, vontade, nível de convergência suficiente para colaborar com o Governo em aspetos essenciais.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Ministro, responda se quer que sejamos campeões ou não!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Tribunal de Contas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, é legítimo, eu não estou a duvidar da legitimidade, é legítimo.

Protestos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Tribunal de Contas interessa! Vocês é que fizeram a reforma, interessa-vos!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ó Ventura, o Hugo Soares vai enviar-te o cartão!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É legítimo, mas tem de ser assumido. Tem de ser justificado, tem de ser fundamentado.

A verdade é que, em matérias como a imigração ou a nacionalidade — e podia também referir-se a baixa dos impostos, o IRS ou o IRC —, há muitas matérias às quais o Partido Socialista não tem dado sequência, muitas vezes até à vontade inicialmente proclamada. Agora,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi o Pedro Nuno!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … na Prestação Social Única, agora na lei que muda o Código do Trabalho…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ó António, foi o Pedro Nuno, não foram vocês!

Burburinho na Sala.

Agora, na lei que muda o Código do Trabalho, aquilo que posso dizer, Sr. Deputado, é que nós temos sentido de responsabilidade, nós sabemos o grau de representatividade e apreciamos a validade, à luz do nosso entendimento, das propostas de todos, efetivamente.

Já disse muitas vezes na Assembleia da República e direi uma vez mais: nós estamos numa Legislatura em que, se tivermos maturidade política e o espírito de respeito e colaboração que prometemos todos aos nossos eleitores, aos portugueses, independentemente de não haver uma maioria absoluta na Assembleia da República, há condições para deixar o Governo cumprir o seu Programa.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Para isso, o Programa não foi rejeitado e,…

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Foi, pelo PS!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … naturalmente, está consubstanciado nas propostas que aqui vêm.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Claro que nós não queremos que as oposições façam uma adesão plena àquilo que o Governo propõe. Nós sabemos disso. O que nós queremos é que haja compromisso para haver entendimentos que viabilizem essas propostas.

A verdade é esta: para aprovar uma proposta do Governo na Assembleia da República, um dos dois maiores partidos da oposição tem de, pelo menos, se abster. É assim, não há nada a fazer, é matemática parlamentar.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Força, Ventura!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora, há uma outra possibilidade de decidir coisas na Assembleia da República, e até contra o Governo. É quando os dois partidos da oposição, os maiores, se juntam, e eles ganham ao Governo.

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Vocês sabem disso, os Srs. Deputados sabem disso perfeitamente, porque são mais as vezes em que eles se juntam do que aquelas em que eles se separam e do que aquelas em que apoiam o Governo.

Aplausos do PSD.

Portanto, o que eu desejo é que o debate político seja transparente,…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… seja sério e que as pessoas, quando têm de dizer «não», digam «não»! Não andem a tentar ludibriar a opinião pública, mostrando uma coisa e fazendo outra. É isso que nós temos feito.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós dizemos ao que vimos e dizemos até onde podemos ir, no espaço de aproximação com os partidos. Fazemo-lo com o Chega — é verdade —, mas também fazemos com o Partido Socialista, também é verdade.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Alturas houve em que ambos se queixavam disso, porque entendiam que devia haver apenas um canal de aproximação.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Devia dizer o que é essencial!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É legítimo, também. Eu acho que não corresponde ao compromisso que todos temos com o povo.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Então e o «não é não»?! E o «não é não»?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, podemos aproximar-nos umas vezes e não aproximar outras. É, aliás, isso que justifica, muitas vezes, que o Chega e o PS também se juntem. O que é que eles dizem, nessa altura? O que está em causa é o interesse do País. O que está em causa é o interesse das pessoas. O que está em causa é o interesse das empresas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Aí já não há linhas vermelhas!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu só quero, em nome do Governo, dizer-vos que se esse princípio, mesmo que aqui e ali não satisfaça o interesse e a vontade do Governo e seja até muitas vezes contrário, for utilizado no diálogo político com os partidos que representam a maioria que governa, poderemos, apesar das diferenças, encontrar as soluções de que o País precisa. É isso que nós desejamos.

No fim da Legislatura, os portugueses vão avaliar a posição de cada um. Que ninguém tenha a arrogância de achar que sabe sempre tudo…

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Ah! Isso é!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … e que a sua estratégia é a que resulta mais.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ora!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Nem mais!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Que ninguém tenha essa arrogância. Nós não temos. Nós vamos sujeitar-nos a uma apreciação, no final do nosso trabalho, e as oposições também vão.

É só isso que me oferece dizer-lhe, porque, como disse, o resto da análise farei noutra ocasião.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro. Terminamos o nosso primeiro ponto da ordem de trabalhos de hoje, consistente no debate quinzenal com o Sr. Primeiro-Ministro.

Vamos, portanto, passar ao ponto dois, que consiste no debate preparatório do Conselho Europeu com a participação do Sr. Primeiro-Ministro, previsto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.

Neste modelo de debate, o Governo tem uma intervenção inicial de 5 minutos. Vamos, portanto, dar apenas tempo a que a bancada do Governo se possa recompor, para darmos início ao ponto dois da ordem de trabalhos.

Pausa.

Sr. Primeiro-Ministro, achando que tem condições de começar, faça favor.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O próximo Conselho Europeu será dedicado a temas estruturais, a temas que têm uma importância decisiva no futuro da União Europeia, dos quais destaco a competitividade da economia, o próximo quadro financeiro plurianual e o impacto no contexto internacional da guerra na Ucrânia e as tensões no Médio Oriente.

Nesta, como noutras frentes, a política externa de Portugal tem sido firme e tem sido coerente, na defesa do interesse nacional, na defesa e na valorização das Nações Unidas e numa crença, numa convicção de conceção multilateral da relação dos Estados.

Foi precisamente esta constância que fez com que, como já referi aqui hoje, tivéssemos sido eleitos à primeira volta como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que atesta a nossa credibilidade a nossa visão do contexto internacional e também o esforço que, muitas vezes, temos feito de aproximar países, aproximar nações que muitas vezes estão desavindas.

É também com base neste capital que intervimos na União Europeia.

Neste Conselho Europeu, queria partilhar que me parece muito positivo podermos retomar a aprovação das conclusões sobre a Ucrânia com a participação dos 27 Estados-Membros, o que é um sinal de unidade e de claro apoio europeu à Ucrânia.

Podemos também analisar as incidências do entendimento alcançado entre os Estados Unidos e o Irão, relativamente ao Médio Oriente, com enfoque na preservação da paz e da estabilidade regional e, sobretudo, garantindo a liberdade de navegação nas rotas marítimas internacionais, em particular no Estreito de Ormuz, cuja instabilidade tanto tem prejudicado as nossas economias e, de alguma maneira, também o nosso tecido social.

Quero, igualmente, dizer-vos que continuaremos focados naquela que tem sido uma das nossas maiores vulnerabilidades: a falta de autonomia, à escala europeia, em assuntos que são determinantes, à cabeça dos quais está a energia, que, neste caso concreto do tempo que vivemos, ficou bem expressa na volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis e na necessidade de estarmos menos dependentes, precisamente, desses combustíveis. Isso impõe que sejamos claros a defender a trajetória que vimos trilhando, de valorização das energias renováveis e das nossas redes elétricas.

Depois, a questão de que temos falado noutros debates, cara a praticamente todos, é a questão da simplificação, a questão de termos um edifício jurídico e regulatório mais simples, mais direto, que possa facilitar o investimento e possa facilitar também o desenvolvimento económico. Temo-lo feito em Portugal e temo-lo defendido também à escala europeia.

Relativamente ao quadro financeiro plurianual, queria dizer-vos que a mais recente proposta da presidência do Chipre é um ponto de partida que consideramos que ainda está longe de poder ser o nosso ponto de chegada.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Que é…?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, efetivamente, já teve uma primeira incursão que pode corresponder àquele nosso desígnio de privilegiar as políticas de coesão e a possibilidade de termos um panorama, para os próximos anos e para o próximo ciclo, que não prejudique todo o caminho que países como Portugal fizeram até aqui.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Então, é boa!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quero também, mais uma vez, reiterar que não esqueceremos a questão das regiões ultraperiféricas e também não esqueceremos — pelo contrário, queremos desenvolver a discussão e aprofundar — as condições de aplicação e acesso aos fundos competitivos, em particular, ao fundo da competitividade.

Este caminho deve, portanto, equilibrar as necessidades dos Estados-Membros, com o objetivo comum coletivo de termos uma Europa mais competitiva, uma Europa menos burocrática, uma Europa focada no conhecimento, na inovação, como instrumentos de desenvolvimento, para que não fiquemos, mais uma vez, para trás nas grandes transformações.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Carvalho, para perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Sr.ª Presidente, Srs. Ministros, Sr.ª Secretária de Estado, Sr. Primeiro-Ministro, não poderia deixar de iniciar este debate felicitando, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, pela eleição de Portugal para o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Digo-o, porque é uma eleição importante, com dois concorrentes, também eles de peso, nomeadamente a Alemanha, e historicamente Portugal conseguiu a sua eleição à primeira volta.

Esta eleição é muito relevante, não só porque vai permitir reforçar toda a nossa política externa a nível europeu e a nossa política externa a nível transatlântico, mas também reforçar os nossos laços com o espaço ibero-americano e com a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

Sr. Primeiro-Ministro, teria de dizer isto aqui hoje: esta mesma vitória desmente todos aqueles que, nos últimos dois anos, procuraram sistematicamente desvalorizar ou atacar a política externa liderada pelo atual Governo, muitas vezes por razões meramente partidárias.

Enquanto alguns insistiam numa crítica permanente a Portugal e à nossa política externa, Portugal reforçava a sua credibilidade internacional, consolidava as suas alianças e alcançava resultados concretos para o País.

Gostaria de centrar a minha intervenção essencialmente no próximo quadro financeiro plurianual.

É, sem dúvida, uma decisão estratégica para a União Europeia, para a próxima década, mas é, sobretudo, uma negociação extremamente difícil. Não tenho dúvidas nenhumas de que vamos ter uma forte pressão sobre o orçamento europeu e vamos, sobretudo, ter um confronto entre as políticas tradicionais da coesão e as novas políticas, as políticas da competitividade.

Digo isto, porque o quadro financeiro plurianual que temos para a próxima década é totalmente diferente do anterior: não tínhamos guerra na Ucrânia; não tínhamos novas necessidades em termos de política de segurança e defesa; não tínhamos uma competitividade a nível comercial e tecnológico com os Estados Unidos e com a China, que exige um maior investimento a nível da inovação e da competitividade; e não tínhamos também o tema crítico da gestão das migrações, bem como o grande desafio do alargamento.

Este debate sobre o quadro financeiro plurianual não pode ser, única e exclusivamente, relativamente a montantes, também tem de ser sobre a sua arquitetura e sobre o seu modelo de gestão. É óbvio que somos a favor de uma simplificação do mesmo orçamento, mas preocupa-nos que haja uma centralização excessiva em Bruxelas da gestão deste mesmo quadro. É importante para nós — e gostaria, depois, de o ouvir sobre isto

— manter o princípio da parceria e da governação multilateral, devendo continuar a orientar a execução dos fundos as regiões, isto é, devendo as próprias autoridades locais continuar também a desempenhar um papel relevante quer na promoção, quer na programação, ou na execução das políticas europeias.

O PSD está preocupado e, nesse sentido, apresentámos um projeto de resolução na Assembleia da República em que reforçámos a necessidade de uma política agrícola comum forte, da preservação da política da coesão, da preservação do Estatuto das Regiões Ultraperiféricas e também da democratização no acesso aos chamados fundos do futuro. Ou seja, os fundos sobre a competitividade e os fundos para a inovação vão ser fundos concorrenciais.

É sobre este tema que gostaria de colocar uma questão muito concreta. Recentemente, o ponto de partida é desafiante. Temos de ter consciência de que, a nível do quadro financeiro plurianual, sobretudo nas verbas destinadas à coesão e à agricultura, provavelmente, vamos ter verbas inferiores àquelas que tivemos no passado.

Recentemente, o Governo português, liderado pelo Sr. Primeiro-Ministro, encontrou falhas nos critérios que dizem respeito à distribuição dos fundos da coesão e teve a oportunidade de escrever uma carta, uma boa carta, à Comissão Europeia, alertando para esta circunstância, na qual colocou em causa alguns pontos, o que permitiu ao País recuperar cerca de 1,6 mil milhões de euros.

É um resultado político relevante numa negociação que é particularmente difícil e que agora se inicia. A correção destes cerca de 1,6 mil milhões de euros demonstra que Portugal conseguiu fazer valer parte dos seus argumentos junto das instituições europeias, pelo que a minha pergunta relativamente a esta questão é a seguinte: quais são os sinais que o Sr. Primeiro-Ministro recebeu dos nossos parceiros europeus e o que é que podemos esperar nas próximas negociações?

Finalmente, gostaria de lhe deixar uma questão que tem a ver com os próprios fundos do futuro e com os fundos concorrenciais, já que vai ser muito importante utilizar estes fundos para compensar eventuais valores inferiores na coesão. Pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, como é que o Governo português vê a possibilidade de criar um critério de diversidade regional que permita, na atribuição destes fundos, proteger países como Portugal na coesão.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Ricardo Carvalho, agradecendo as questões e observações que acabou de fazer, quero dizer-lhe o seguinte: em primeiro lugar, efetivamente, esta eleição para membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas tem uma importância muito significativa,…

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

… por mais fastidioso que possa parecer a alguns Deputados das oposições.

É mesmo importante, porque é o reconhecimento da credibilidade da nossa política externa, porque é o reconhecimento da nossa capacidade de intervir na valorização dos direitos humanos, de intervir nas questões mais desafiantes da humanidade, na transição ambiental, na transição energética, nas garantias de proteção dos oceanos, nas garantias de podermos ter até regras que possam aproximar, do ponto de vista político e comercial, os grandes blocos de intervenção à escala global, de podermos, de alguma maneira, renovar o funcionamento das Nações Unidas, para que as Nações Unidas possam reconquistar o seu papel central no multilateralismo e, no fundo, no respeito pelo direito internacional e pela própria Carta das Nações Unidas.

A reputação que advém do resultado que obtivemos também nos fortalece nas outras dimensões da nossa intervenção externa, seja na União Europeia, seja na comunidade de países que falam português, seja na nossa ligação com outros espaços, em particular com o espaço da relação ibero-americana, mas não só, também de todas as outras que juntam continentes, que juntam culturas, que juntam países, povos e desafios

que, umas vezes, são comuns do ponto de vista global e, outras vezes, também têm incidência mais bilateral, mais multilateral.

Não perceber isto, sinceramente, é ter uma visão muito redutora do que é ter um papel na comunidade internacional. Não se chega lá, levanta-se o dedo e toda a gente respeita aquilo que se está a dizer! Espero que os Srs. Deputados tenham noção disso, e digo isto com a humildade de saber que o caminho que trilhámos até aqui não dependeu só deste Governo, dependeu de outros Governos, dependeu de uma história acumulada, dependeu do envolvimento dos órgãos de soberania, dependeu, muitas vezes, do envolvimento do associativismo focado nos seus setores de atividade. Dependeu, portanto, do País.

Refiro isto, dedicando tanto tempo da minha resposta, porque, sinceramente, às vezes, é um bocadinho estranho que esta valorização seja feita de uma forma muito intensa lá fora, por todos os outros responsáveis políticos dos outros países, enquanto nós, cá dentro, ignoramos ou desvalorizamos aquilo que está, ao fim e ao cabo, diante de nós.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Só se fala nisso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, é verdade que, no âmbito do quadro financeiro plurianual, eu tive uma intervenção com a Presidente da Comissão Europeia que não atendia apenas à circunstância de Portugal, mas à de todos os países da coesão. Até para isso, estas demonstrações de valor intrínseco da posição de um Estado contribuem para sermos ouvidos, é verdade.

Claro que o fundamento e os argumentos são essenciais, e o que dissemos foi que era inaceitável que, apesar de haver uma nova filosofia — que os Srs. Deputados conhecem — do orçamento da União Europeia e da disponibilização de fundos, essa filosofia tem hoje mais componente concorrencial, mais competitividade económica do que tem com os fundos diretamente destinados para a coesão, para a agricultura, mas, apesar disso, há responsabilidades que estão nos tratados, nomeadamente a contribuição para os Estados que têm menos de 90 % da média do rendimento nacional bruto, e é preciso salvaguardar isso. Foi isso que dissemos à Comissão.

Não nos limitámos a dizer que estava mal; apontámos um caminho e uma solução, e esse caminho e essa solução foram absorvidos — para já, nada está garantido — na *nego box* (*negotiating box*), que foi apresentada pela Presidência cipriota, beneficiando Portugal e todos os outros países que têm uma situação similar.

No nosso caso, de facto, estamos a falar de cerca de 1600 milhões de euros, o que torna o quadro mais equilibrado para os nossos intentos.

Quero dizer-lhe — e voltarei a isso, seguramente, noutras respostas — que temos de preparar o País para os fundos concorrenciais, e isso significa preparar os políticos, as decisões políticas, a Administração Pública, as empresas, a academia, porque não podemos ter medo da concorrência, temos de vencer a concorrência — é esse o princípio que temos de encarar e a mentalidade que devemos ter em Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, do Chega, para fazer perguntas ao Governo.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.[as] e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, o mundo atravessa um período de extraordinária convulsão.

Nestes dias complexos de multiplicação de conflitos, ameaças a cadeias de abastecimento essenciais e redefinição de fronteiras geopolíticas, a Europa vê-se demasiadas vezes excluída ou secundarizada nos grandes debates. São muitos os fatores que concorrem para esse infeliz estado de coisas, sendo que a impreparação e futilidade das lideranças europeias não deixa de estar entre os mais decisivos.

É nesse sentido que o Chega vê com satisfação a notícia de que a França e a Alemanha se preparam para limitar consideravelmente as competências da Alta Representante da União Europeia para os Negócios

Estrangeiros, pois parece evidente que à Sr.ª Kallas faltam as características elementares do domínio dos temas e do bom senso diplomático. Nos tempos perigosos que vivemos, a Europa precisa, mais do que nunca, de profissionalismo e maturidade nas suas instituições capitais.

Sr. Primeiro-Ministro, a política externa e dos outros Estados-Membros da União Europeia não pode continuar refém do diletantismo da Sr.ª Kallas. Em dias de mar revolto, o que se quer é um capitão experiente e sabedor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Essa é a cartilha do Putin!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — A inconcebível falta de tato diplomático da Alta Representante enfraquece a diplomacia europeia, enfraquece a Europa e enfraquece-nos a nós.

Assim, seria importante que V. Ex.ª esclarecesse a Câmara quanto à posição do Governo no que diz respeito a uma possível iniciativa de devolução de competências em matéria diplomática aos Estados-Membros.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Ainda no tempo do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado João Tilly, para questionar o Governo.

O Sr. **João Tilly** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, a Lei dos Serviços Digitais, em vigor em toda a Europa, obriga as redes a remover rapidamente conteúdos ilegais e a permitir que os utilizadores compreendam como as publicações são removidas.

Em Portugal, a fiscalização dessas regras devia ser coordenada pela ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações), só que não; a fiscalização, entre aspas, dessas regras é feita pelos *fact checkers*.

Mas será que é para evitar a desinformação, como nos dizem? Não. E eu, que produzo conteúdos para as redes sociais há 24 anos, sou bem testemunha dessa mentira. Para o provar, desafio o Sr. Primeiro-Ministro e os Srs. Deputados ao seguinte exercício: publicar uma frase do tipo «na minha terra, nenhum étnico trabalha». Pode ser verdade, e na minha é, mas o *post* será imediatamente removido e o canal penalizado; mas se disser «na minha terra, todos os étnicos trabalham, uns são juízes, outros são professores e médicos, e um deles é presidente da câmara», isso é mentira, mas nada vos acontece.

Então, onde é que estão os *fact checkers*? Eles existem, mas não para o que nos dizem que existem, não para separar a verdade da mentira, Sr. Primeiro-Ministro; é para fazer a propaganda do sistema, mesmo que seja falsa. Os *fact checkers*, neste momento, são uma ferramenta de censura de conteúdos geralmente conotados com a direita, mesmo que sejam verdade, e de propaganda descarada de conteúdos conotados com a esquerda, mesmo que sejam mentira.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Pior: quando vos removem conteúdos, apenas dizem que violaram as regras da comunidade. Onde? Em quê? Não dizem, mas a lei obriga-os a revelarem isso. Só que eles não o fazem! Se não o fazem, isto deixa de ser uma democracia, passa a ser uma coisa à antiga, do tempo do Salazar, uma ditadura.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Então, não gostam? Ainda se queixam?!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Os *fact checkers* deviam ter neutralidade política, tal como os jornalistas, já agora.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Mas isto está na agenda do dia?!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Os «mentígrafos», o que fazem é selecionar os políticos e os assuntos, de modo a fazer crer que aquilo que uns dizem é sempre verdade, se forem de esquerda, e o que outros dizem é sempre mentira, se forem de direita. Isto não são verificadores de factos; serão, quando muito, verificadores da sua conta bancária.

Sr. Primeiro-Ministro, não acha que é tempo de a Europa e de Portugal começarem a fiscalizar os fiscais? É que, se o fizerem, quem será banido de certeza absoluta para sempre são os «mentígrafos» e a sua agenda política, a da última esquerda da Europa. Paz à sua alma!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados Ricardo Dias Pinto e João Tilly, os nossos agradecimentos pelas questões que suscitaram.

Quero começar por dar os parabéns ao Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto e desejar-lhe que este dia de aniversário possa ser um dia feliz em todas as dimensões pessoais, políticas e também nacionais, já agora.

Queria dizer-lhe que a questão que coloca, francamente, não tem acolhimento na nossa posição, e tentarei explicar porquê.

O Sr. Deputado aponta, legítima e politicamente, fragilidades, deficiências, enfim, falta de capacidade — é uma posição política face à Sr.ª Alta Representante —, mas liga a essa sua visão política uma alternativa e uma solução que, francamente, são más, são objetivamente más para a Europa e para o espírito europeu.

O que é que o Sr. Deputado diz, de uma forma sintética? Diz que a Sr.ª Alta Representante não tem condições, não tem relevância — já não me recordo exatamente das expressões, mas eram próximas disto —, por isso, a solução é alguns Estados reassumirem competências do ponto de vista diplomático, do ponto de vista da condução da política externa da União, e ficarmos, portanto, mais dependentes da vontade de um Estado-Membro, de dois Estados-Membros, ficarmos mais dependentes de um processo decisório de valorização dos Estados que, francamente, não tem respaldo no espírito da construção europeia.

Eu tenho uma posição precisamente contrária. Francamente, vejo como muito negativo estarem a aparecer demasiados fóruns de intervenção à escala europeia, muitas vezes protagonizados pelas mesmas pessoas. Sou muito honesto a dizer isso.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

Temos a União Europeia, temos os órgãos da União Europeia, temos já uma comunidade política europeia que congrega os países europeus que não pertencem à União Europeia e às vezes — ou muitas vezes, de resto — até alguns parceiros estratégicos, em particular o Canadá, por exemplo.

Nós precisamos de fazer aquilo que o Sr. Deputado quer, que é assumir relevância, assumir uma posição forte. Ora, a distribuição dos fóruns de intervenção e de decisão, a valorização, de forma segmentada, da importância das nações — no fundo, dizer que esta nação é mais importante do que aquela —, sinceramente, é exatamente o contrário daquilo que devemos fazer. É que, assim, a Europa vai aparecer aos olhos do mundo, aos olhos de outros atores internacionais, como uma Europa fraca,…

O Sr. **João Tilly** (CH): — Já é!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … frágil, muito mais do que o Sr. Deputado aqui descreveu — e não acompanho a sua leitura — como sendo a situação atual.

Portanto, é uma discussão pertinente, premente, e não nos furtamos a ela, mas a minha intervenção tem sido, no âmbito da União Europeia, de molde a dizer objetivamente: dentro da União Europeia, somos contra a formação de grupos, nomeadamente o chamado «Grupo dos 6», que tem uma predominância económica maior do que os outros, do ponto de vista, digamos, do seu enquadramento, mas não serve os interesses da União, não serve os interesses de solidariedade, não serve os interesses de possibilitar níveis de desenvolvimento similares e não serve os interesses, no fim do dia, do aprofundamento do mercado único, do

aprofundamento dos instrumentos de política comum, incluindo a mobilidade dentro da União Europeia, incluindo as regras em setores essenciais nos quais a confluência e a convergência são a *alma mater* da própria União Europeia.

Francamente, não concordamos. Eu, pessoalmente, não vejo com muito bons olhos que se multipliquem os fóruns de debate internacional com os mesmos agentes que fazem parte da União Europeia e que depois fazem parte de várias iniciativas. É evidente que há iniciativas que são diretas, como aquela que suporta o apoio à Ucrânia, e que são bem-vindas, mas nós não podemos, a cada passo e a cada assunto, cultivar essa diversidade de instrumentos, porque isso não valoriza a União Europeia.

Relativamente à segunda questão, quero apenas dizer ao Sr. Deputado João Tilly que me pareceu — posso estar a ser injusto — que se tratava mais de um desabafo do que propriamente de uma questão política. Em todo o caso, quer a lei quer a Constituição da República já têm o enquadramento relativamente às comunicações, e a luta contra a desinformação é essencial à democracia e…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pinheiro, do Partido Socialista, para dirigir perguntas ao Governo.

O Sr. **Eduardo Pinheiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, restantes membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero, mais uma vez, mas neste contexto, dizer que o Partido Socialista, naturalmente, se associa à congratulação da eleição de Portugal como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Passando ao tema que nos traz aqui hoje, a próxima reunião do Conselho Europeu, que se inicia amanhã, ocorre num momento particularmente exigente para a União Europeia. A agenda inclui temas de enorme importância e atualidade, como o conflito na Ucrânia, a situação do Médio Oriente, o necessário reforço do investimento europeu em defesa e a competitividade económica da União Europeia, nomeadamente face a potências como a China e os Estados Unidos.

Há uma certeza: todos estes desafios só poderão ser ultrapassados com uma Europa unida; estarmos unidos significa também termos uma resposta comum, e uma resposta comum exige um orçamento europeu forte.

Por isso, o debate sobre o próximo quadro financeiro plurianual é absolutamente central. Sabemos que o novo quadro dificilmente será uma continuação do modelo atual, haverá alterações no desenho, na sua estrutura, na forma de funcionamento e nos instrumentos financeiros da União. Não nos opomos a mudanças — o mundo mudou, continua a mudar, a União Europeia tem de se adaptar e Portugal tem de se adaptar, mas é nossa responsabilidade também defender os interesses do País e preparar Portugal para a nova realidade.

Uma das novidades mais relevantes da proposta do novo quadro é a alteração da forma de acesso a uma parte importante do financiamento europeu, em particular através do Fundo Europeu de Competitividade. Uma parte do financiamento deixará de funcionar segundo a lógica tradicional de envelopes nacionais pré-atribuídos e passará a ser atribuída através de candidaturas competitivas à escala europeia. Isto significa que projetos portugueses concorrerão diretamente com projetos de outros Estados-Membros, quer eles sejam da Alemanha, de Itália, de Espanha ou de outros.

Esta nova realidade exige uma capacidade muito maior de antecipação, de coordenação, de preparação técnica, de articulação entre Estado, empresas, universidades, centros tecnológicos e regiões. Não está em causa a capacidade dos nossos trabalhadores, dos nossos empresários, investigadores e dirigentes da Administração Pública. A questão é saber se estamos estruturalmente preparados, se estamos a criar a organização, os instrumentos e a coordenação necessários para concorrer com os melhores projetos da Europa.

Essa é a questão que coloco ao Sr. Primeiro-Ministro. Perante esta alteração profunda do modelo de financiamento europeu, pergunto que trabalho está o Governo a fazer para preparar Portugal para esta nova lógica competitiva do próximo quadro financeiro plurianual.

Depois, trago o segundo tema, da preocupação com a dimensão financeira do quadro financeiro plurianual. Como sabemos, a proposta agora a ser trabalhada, depois de ser apresentada pelo Chipre, reduz ainda um pouco mais o financiamento apresentado na primeira proposta da Comissão Europeia. O próximo quadro financeiro plurianual terá de acomodar novas prioridades europeias, como já referimos, mas também o reembolso da dívida comum associada ao NextGenerationEU, ao mecanismo de recuperação e resiliência. Isto, naturalmente, coloca uma pressão adicional sobre o orçamento europeu.

Perante esta realidade, existem essencialmente três caminhos possíveis. O primeiro é manter o envelope financeiro atual, o que pode parecer uma solução de estabilidade, mas, na prática, significaria menor capacidade financeira com os mesmos recursos, mas com novas responsabilidades e prioridades, sobrando menos para políticas fundamentais como a agricultura e a coesão.

O segundo caminho seria aumentar as contribuições nacionais dos Estados-Membros, que é uma hipótese teoricamente possível, mas sabemos que é politicamente difícil, por questões ideológicas ou estratégicas dos Estados-Membros…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Fiscais!

O Sr. **Eduardo Pinheiro** (PS): — … e também por incapacidade de outros Estados-Membros.

O terceiro caminho é a criação de novos recursos próprios. A Comissão já propôs alguns, agora o Parlamento Europeu acrescentou mais recursos próprios.

Sabemos que, politicamente, é uma decisão difícil, mas questiono o Sr. Primeiro-Ministro sobre qual a posição do Governo em relação a este financiamento. Aceitando recursos próprios, em particular, qual é a sua opinião sobre uma nova taxa digital, uma taxa sobre…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.ª **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Eduardo Pinheiro, também quero agradecer a sua intervenção e as questões que suscitou.

Quero começar por, no fundo, também envolver na congratulação o Partido Socialista, que, efetivamente, ao longo do período em que assumiu a liderança do Governo, também conduziu a política externa dentro dos parâmetros que possibilitaram a nossa eleição, o que, aliás, é precisamente um dos motivos pelos quais nós obtivemos o resultado: foi a continuidade da nossa política externa e a coerência da nossa política externa. Isso é um capital que temos e que devemos preservar, apesar de muitas vezes termos aqui alguns momentos de tensão e de, enfim, divergência política, que é, naturalmente, legítima e natural.

Depois, quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que, relativamente ao apoio que mencionou à Ucrânia, estamos numa nova fase, por assim dizer, como mencionei na intervenção inicial, porquanto há condições para que as conclusões nesta parte possam ser assumidas pelos 27 Estados-Membros e, portanto, deixamos de ter o instrumento que utilizávamos para ultrapassar os obstáculos de um Estado-Membro, numa ocasião, e até de mais do que um, noutra ocasião.

Já se sentiu isso mesmo com o desbloquear da situação do empréstimo dos 90 mil milhões de euros para 2026 e 2027 e também com a abertura do processo de negociação com vista ao alargamento precisamente à Ucrânia e à Moldávia, que aconteceu nos dias que antecedem este nosso debate.

Também quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que aquilo que aqui disse está muito conformado com o entendimento do Governo relativamente ao quadro financeiro plurianual. Quer do ponto de vista da Política Agrícola Comum, quer do ponto de vista da política de coesão, temos liderado muitas das iniciativas que visam dar à Comissão os argumentos para compaginar este novo modelo, esta nova filosofia, com o interesse na

preservação do apoio à agricultura como elemento-chave do projeto europeu e também da preservação dos fundos de coesão.

É verdade — o Sr. Deputado disse-o com toda a transparência — que estamos num tempo novo: estamos num tempo em que os fundos concorrenciais assumem uma dimensão muito maior do que aquela que tinham, porque, também é bom dizer, essa filosofia já existia, só que era numa dimensão muito pequena, ou mais pequena, por assim dizer, nomeadamente no Horizonte Europa, onde Portugal tem bons resultados.

Isto pode ser um incentivo para aquilo que temos de fazer no acesso ao fundo da competitividade em todas as suas dimensões. Temos tido, sobretudo na nossa academia, e também nas nossas instituições, associações e confederações, juntamente com os Governos, capacidade de apresentar, neste âmbito, candidaturas que têm sido bem-sucedidas.

Entre aquilo que seria uma repartição equitativa dos recursos do Horizonte Europa e aquilo que, perdoem-me a expressão mais fácil, temos ido buscar como país, estamos acima daquilo que nos caberia em condições equitativas. Ou seja, do ponto de vista concorrencial, o mérito e o valor das nossas candidaturas têm sido suscetíveis de nos garantir um acesso maior. É isso que temos de fazer nos próximos anos.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Ora bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — De facto, o Sr. Deputado tem razão: ninguém pode, perdoe-se-me a expressão, «dormir na forma». O Governo, naturalmente, a Administração Pública, as empresas, as universidades, os institutos politécnicos e os agentes económicos, de uma forma generalizada, têm de estar hoje na primeira linha de antecipação do dia 1 de janeiro de 2028, para podermos estar, desde a primeira hora, habilitados a entrar nesse processo concorrencial.

Tenho, de resto, desafiado todos estes agentes a construir de forma autónoma os seus projetos, mas também em consórcio, uns com os outros, dentro de portas, e em consórcio com outros Estados-Membros, para podermos ter, de facto, o cumprimento daquilo que também disse e que é…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, pela Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, para questionar o Governo.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr.ª Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, recentemente foram eleitos como membros não permanentes do Conselho de Segurança uma série de países, países como o Zimbabué, o Quirguistão, Trindade e Tobago, a Áustria e Portugal.

É verdade que Portugal tem feito um esforço, que atravessou vários Governos e que foi protagonizado, sobretudo, pelo nosso corpo diplomático. Esse esforço é de saudar, e a Iniciativa Liberal cumprimenta e dá os parabéns a todas essas pessoas que fizeram o trabalho pela eleição de Portugal para o Conselho de Segurança.

Aplausos da IL.

Mas este debate é sobre o Conselho Europeu e não sobre o Conselho de Segurança. Por isso, vamos passar para os temas que interessam realmente ao debate que temos aqui.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

Finalmente que, pelo Partido Socialista, se começou a discutir o próximo quadro financeiro plurianual, e esta é verdadeiramente a discussão que caracteriza agora o que se passa no Conselho.

Já temos uma proposta, que vem da presidência cipriota, que é uma proposta que nos preocupa, Sr. Primeiro-Ministro. E é uma proposta que deveria preocupar também o Sr. Primeiro-Ministro, se bem que, aparentemente, em teoria e segundo o que dizem as notícias, é uma proposta que vai ao encontro das preocupações de Portugal e de uma série de outros países, aos quais Portugal se associa, denominados «amigos da coesão».

Eu, se fosse o Sr. Primeiro-Ministro, teria cautela em associar-me a estes títulos, dos «amigos da coesão», pois não diz bem da postura portuguesa face às necessidades que a Europa tem.

Mas vamos olhar concretamente para aquilo que está a propor a presidência cipriota: blinda a coesão e a agricultura, que ficam basicamente intocados, mas cortam 33 mil milhões, sobretudo no Fundo Europeu de Competitividade, sendo que é fundamental sermos competitivos para continuarmos a subsistir enquanto Europa; corta no Horizonte Europa, e estamos a falar de despesa em inovação e desenvolvimento, que é fundamental também para a Europa se manter competitiva; e — pasme-se! — corta também na nossa capacidade de reação à crise e à ação externa. Felizmente que a Europa não tem enfrentado crises e, por isso, não precisa desses fundos! Pode largar 7,5 mil milhões à vontade e manter a coesão e a agricultura tal e qual como estavam!

Sr. Primeiro-Ministro, estamos num momento em que o problema fundamental que temos é de competitividade. Assistimos, ainda na semana passada, aos Estados Unidos a decidirem unilateralmente que todos os cidadãos não-americanos deixariam de ter acesso ao melhor modelo de inteligência artificial que existe no mundo, e agora imagine, ao longo dos anos, as consequências que isso pode ter a nível da nossa dependência. Imagine aquilo que deixa de ser possível para Portugal e para os europeus, em todos os aspetos — na coesão, no Estado social, em todas as suas prioridades —, se não tivermos acesso às ferramentas mais essenciais de desenvolvimento da nossa política económica.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, quero saber muito claramente como se posiciona. Vai posicionar-se do lado do passado e dos países que querem que o quadro financeiro plurianual fique justamente como estava, a dar tudo à coesão e à agricultura, sem garantir que temos as ferramentas que asseguram que continuamos a ter o modo de vida europeu?

Para continuarmos a ter o modo de vida europeu precisamos de transformações profundas que passam, justamente, pelo quadro financeiro plurianual, e esta proposta da presidência cipriota não vai nesse sentido. É dever do Governo português ser muito mais exigente, consigo mesmo e com o próximo quadro financeiro plurianual.

Aplausos da IL.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado Jorge Teixeira, deixe-me dizer-lhe que «exigência» é o nosso nome do meio neste processo, não tenha dúvidas sobre isso.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ah!…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a lei da vida!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tenho só de recolocar a questão nos seus devidos termos, se me permite, Sr. Deputado: não houve nenhum corte no Fundo Europeu da Competitividade, nem nenhum corte no Horizonte Europa. Ao que o Sr. Deputado se está a referir é a que, face à proposta inicial da Comissão,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Está bem!…

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … que não tinha o acolhimento dos Estados-Membros, há uma concertação para gerir um bolo.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É uma direção!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr. Deputado, mas é preciso perceber que a Comissão propôs um acréscimo de recursos que precisa de ter a aceitação dos Estados. Se o Sr. Deputado disser — como, aliás, foi focado na intervenção anterior — que vai haver mais recursos próprios, que vai haver, nomeadamente, acesso a dívida comum e que vai haver o aumento das contribuições nacionais, aí, Sr. Deputado, não vai haver corte nenhum! A presidência cipriota… Se todos garantissem isso,…

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — O problema é garantir!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — … os 27, lhe garanto que eles até multiplicavam!

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, a questão não é essa, a questão é que a negociação é, de facto, muito difícil. Não veja nas minhas palavras demasiado otimismo, nesse sentido.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

A questão é muito difícil, porque temos de robustecer o orçamento para depois o concretizar, com os princípios que o Sr. Deputado, e muito bem, enunciou. Mas é preciso que os Estados queiram! É preciso que haja apoio político a essas decisões.

Vou dizer-lhe o seguinte: nós, Portugal, defendemos o acesso à dívida comum, mas eu não consegui ainda convencer os outros 26. Alguns estão convencidos, mas talvez aqueles que têm uma palavra mais determinante nesta matéria não estejam.

Eu sou daqueles — vou dizer isto aqui, não querendo ferir a reserva das reuniões, que não o posso fazer — que entendem que um caminho para termos um bolo um pouco maior é adiar, protelar, reequacionar a forma de devolução do pagamento do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), isto para utilizar a nossa expressão interna. Já que não temos a oportunidade de constituir mais dívida comum, então, vamos aproveitar para recalendarizar a que temos e permitir que ela — ou os recursos que estavam destinados a pagá-la — possa ter uma utilização no próximo quadro financeiro plurianual. Ninguém vai ficar mais pobre e não há nenhum problema com a aprovação nos parlamentos nacionais, não há nenhuma necessidade de alterar a filosofia.

Portanto, Sr. Deputado, com certeza, nós temos de arranjar instrumentos para… Até vou dizer mais: eu também já escrevi uma outra carta, há tempos atrás, onde estava disponível para aumentar a comparticipação dos Estados, incluindo a nossa — sinceramente.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, é assim.

Agora, nós temos de fazer essa gestão, e eu respondo por aquilo que nós propomos, não respondo por aquilo que é, depois, o resultado dos 27.

Estou absolutamente de acordo consigo na valorização da competitividade económica e estou de acordo consigo em não ficarmos para trás nas grandes transformações, nomeadamente na área do digital, na área da inteligência artificial. Por isso nós, no Governo, fizemos uma candidatura comum, com Espanha, para uma *gigafactory* — no caso, ainda antes do quadro financeiro plurianual —, mas é um sinal, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado não pode ignorar os sinais! O Sr. Deputado quer tudo feito de um dia para o outro…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu também queria, mas não conseguimos, Sr. Deputado. Nós temos de ir fazendo essas conquistas.

Não há dúvida de que a autonomia europeia, no que diz respeito à evolução digital, é condição de desenvolvimento económico, é condição de maior independência e de maior autonomia.

Portanto, Sr. Deputado, é isto que estará no espírito do nosso…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, pelo Livre, o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.ª Presidente, Caras e Caros Colegas, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, por coincidência feliz, no dia 9 de maio, no Dia da Europa, a Hungria deixou de estar representada no Conselho Europeu pelo agora ex-Primeiro-Ministro Viktor Orbán —…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Este agora é que é muito bom!…

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … para grande muro das lamentações de alguns, que acabaram de ler a cartilha de Putin em pleno Plenário da Assembleia da República,…

Protestos do Deputado do CH Bernardo Pessanha.

… mas é assim a vida, assim quiseram os cidadãos da Hungria —, que bloqueou várias decisões. A partir de agora, a União Europeia deixa de ter quem bloqueou várias decisões, cruciais para o seu futuro, sobre a Ucrânia e também sobre o Estado de direito na União.

A atitude das instituições europeias tem sido a de achar que os trabalhos de casa ficaram todos do lado de Budapeste, e não é verdade. Ou seja, há muita coisa que ficou pendurada na mesa de trabalho, em particular do Conselho Europeu, e que agora é preciso tomar por diante e não ir atrás dos cantos de sereia de alguns que acham que quando a Alta Representante não é boa o que se deve é diminuir os poderes da Alta Representante…

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — E o Livre também devia ter menos poderes!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Primeiro-Ministro, estou de acordo consigo, e isso não vale para absolutamente nenhum cargo político. Era o que faltava que, quando o Primeiro-Ministro não fosse bom ou não gostássemos dele, achássemos que o Governo deveria ter menos poderes; o Presidente da República a mesma coisa, e por aí fora. O que é preciso é escolher melhores políticos — isso, sim!

Os mesmos que propõem isso propõem também acabar com o direito de veto, o que vai prejudicar países como Portugal. Lá porque o direito de veto foi abusado e o Conselho não teve coragem de confrontar quem abusou dele, não vamos agora usar a lição húngara para acabar com aquele que é um instrumento nas mãos de qualquer Estado-Membro, e de Estados-Membros que nunca o utilizaram abusivamente, mas que o utilizaram como era suposto que fosse utilizado. Ou querer, por exemplo, que o orçamento da União Europeia, em face de maiores desafios, seja cada vez menor, como no fundo ouvimos aqui dizer, alinhando com os chamados «frugais» — quer dizer, isso é o orçamento da União Europeia da «sardinha para cinco», poderíamos dizer! — e achando que, assim, a União Europeia consegue enfrentar os desafios do futuro.

Quanto a essas duas posições, do lado de Portugal, não servem o nosso interesse, e, neste grupo parlamentar, esperamos que o Primeiro-Ministro que representa o nosso país seja capaz de se opor a estas derivas da União Europeia; do lado do alargamento, é muito importante não ir atrás de quem quer estatutos especiais. O único estatuto que há é o de país candidato e, depois de fecharem as negociações, o estatuto de país aderente, o que já implica ser observador nas instituições europeias. Ou seja, é o que queremos para a Ucrânia, é o que queremos para a Moldova, é o que queremos para o Montenegro — país! Não o Montenegro, Luís —, provavelmente, já a partir de 2028.

É preciso estar também muito atento ao que, do outro lado, nos permitirá reequilibrar um tropismo da União Europeia a leste. Falo, em particular, da possível reabertura de negociações com a Islândia.

A Islândia vai ter um referendo para reabrir negociações. Depois, é muitíssimo importante que Portugal e Espanha tenham flexibilidade nessas negociações, para podermos alargar a União Europeia também à Islândia.

Aplausos do L.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, se me permite uma nota muito rápida, para não me esquecer de o dizer, a nossa política de reforço na ciência e de ganho de escala com a nova agência, que junta a investigação e a inovação, é um bom instrumento para potenciar as nossas candidaturas no âmbito do Fundo Europeu de Competitividade e para alavancar projetos comuns que possam, no fundo, surtir o efeito que já foi aqui referido, em intervenções anteriores.

Sr. Deputado, relativamente às questões que suscita, deixe-me dizer-lhe o seguinte: a reforma institucional da União Europeia e o alargamento — e o Sr. Deputado acabou por tocar nas duas questões, não as relacionando diretamente, mas elas estão relacionadas — estão, de facto, ligados, conectados. É verdade que não estamos em tempo de abrir a reforma institucional e suspender os processos de adesão que estão em curso. Não estamos. Mas nós, um dia, vamos ter de chegar lá!

Vou dizer-lhe a minha opinião: não sou fundamentalista do direito de veto. Creio que há mecanismos, como a cooperação reforçada, que têm de ser pensados e perspetivados à luz do alargamento que está em perspetiva, com a Ucrânia e a Moldávia, por um lado; com os Balcãs Ocidentais; por outro; e eventualmente, no futuro, com a Islândia. Senão, Sr. Deputado, queremos o melhor dos mundos e acabamos por bloquear as decisões no âmbito da União Europeia, o que prejudica imenso o sentido de urgência e de oportunidade de muitas dessas decisões, nomeadamente o posicionamento da Europa face a outros blocos políticos e comerciais.

Portanto, nós precisamos — creio eu — de não ter estigmas contra essa discussão, independentemente de podermos depois concretizá-la.

O direito de veto também não é universal, não é para todas as matérias, e nós sabemos disso. Podemos e devemos, na minha opinião, revisitar isso no período que, também na minha opinião, estará sempre correlacionado com os processos de adesão. Sobre eles, queria dizer-lhe que compreendo a sua posição, Sr. Deputado, mas também gostava que percebêssemos todos que a exigência do cumprimento dos critérios de adesão é muito grande. É grande do ponto de vista técnico, é grande do ponto de vista jurídico e legislativo — o Sr. Deputado conhece bem esse dossiê, nós sabemos.

O Sr. Deputado sabe que o tempo político, às vezes, não pode aguardar algumas tomadas de posição. Portanto, nos momentos em que, à escala da política internacional, é preciso tomarmos decisões comuns, ter algum regime transitório, vamos chamar-lhe assim, que permita aos Estados sentirem-se como parte da União Europeia é um caminho que pode vir a ser explorado.

Há uma iniciativa, no caso concreto, por acaso, da França e da Alemanha, no sentido de podermos aprofundar esse tipo de mecanismo. Isso pode ser a diferença entre termos esses países na União Europeia ou não termos, e perdermos definitivamente esses países para parcerias com outras potências.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para fazer perguntas pelo PCP, a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr.ª Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, é incompreensível que, na longa agenda do próximo Conselho Europeu, não haja tempo para discutir o custo de vida, o aumento das taxas de juro e os seus impactos nas famílias e nas micro, pequenas e médias empresas.

É inadmissível que o Sr. Ministro, sabendo das consequências do aumento das taxas de juro, do aumento da prestação à banca de quem tem empréstimo à habitação, não se indigne, não defenda os interesses do nosso povo e do nosso País e nem sequer tenha uma palavra sobre isto.

Isto só quer dizer que o Governo está comprometido com a decisão do Banco Central Europeu de aumento das taxas de juros, mesmo sabendo que é extremamente prejudicial para Portugal.

Em vez de intervir para travar o aumento das taxas de juro, o Governo, perdoem-me a expressão, amocha perante os ditames das instituições da União Europeia. Estão a preparar-se para agravar ainda mais as condições de vida dos trabalhadores e do povo com o aumento das prestações da casa à banca, que muitas das vezes atingem valores que são incomportáveis tendo em conta os baixos salários no nosso País.

O que está na origem deste processo inflacionário não é o aumento do consumo; é o aumento dos preços de bens essenciais, em particular da energia e dos combustíveis, na sequência da guerra em que os Estados Unidos e Israel têm todas as responsabilidades.

O combate à inflação passa, desde logo, por uma política para a construção de uma solução pacífica, e não de promoção da confrontação e da guerra; passa por uma política que combata a especulação, com a adoção de medidas para a fixação e redução de preços, atacando onde dói — nas margens de lucro dos grupos económicos —, em vez de privilegiar os lucros da banca; passa pelo aumento dos salários e das pensões, pela promoção e valorização da produção nacional.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Ó Paula, não é esse o debate!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — A questão que lhe queria colocar era: atendendo aos impactos negativos que tem esta decisão, o Governo tenciona abandonar este problema no Conselho Europeu, ou vai continuar a fazer de conta e a demitir-se das suas responsabilidades?

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Carvalho.

Gostaria ainda de lhe perguntar sobre o próximo quadro financeiro plurianual. O documento que foi entregue pela Presidência cipriota, no essencial, mantém as opções de fundo de canalizar as verbas para a militarização e a guerra, a captura de fundos europeus pelas multinacionais, o favorecimento das grandes potências europeias e a concentração de poder na Comissão. Este documento em concreto representa cortes na agricultura, na pesca e na coesão, o que consideramos que é inaceitável.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Na agricultura já não há cortes!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — O que eu lhe queria perguntar é: sabendo que estas opções são prejudiciais para o nosso país, que posição é que o Governo português vai assumir relativamente a esta matéria? Porque aquilo que importa é, de facto, defender o interesse do nosso povo e o interesse do nosso…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Paula Santos, em primeiro lugar, relativamente à decisão do Banco Central Europeu sobre as taxas de juros, a Sr.ª Deputada ignorou olimpicamente, por acaso, a posição do Governo português expressa pelo Sr. Ministro do Estado e das Finanças, que foi muito claro em dizer que, do nosso ponto de vista, esta decisão poderia ter sido evitada. Poderia ter-se aguardado um pouco mais a evolução da situação.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas a Sr.ª Deputada também, mais uma vez, quer sol na eira e chuva no nabal! Diz a Sr.ª Deputada: «O Sr. Primeiro-Ministro e os seus colegas no Conselho Europeu não vão discutir o custo de vida? Não vão discutir a forma de ajudar as famílias a enfrentarem o aumento de preços?» — pois, precisamente, foi o que fez o Banco Central Europeu, com a sua autonomia.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Com o aumento das taxas de juro?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É verdade, é.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Só pode estar a brincar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Deputada, ouça!

A Sr.ª Deputada diz assim: «Mas os créditos à habitação vão subir.» Com certeza, eles vão subir. Mas não sabe que a decisão de aumentar a taxa de juro visa, precisamente, suster, conter o crescimento da inflação?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Só pode estar a brincar!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E que o crescimento da inflação, apesar de ter esse efeito, se for sustido, vai contribuir para a diminuição do aumento dos preços de forma generalizada? Os preços que as pessoas têm de enfrentar para comprar os seus bens essenciais, para pagar os combustíveis…

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Olhe, Sr.ª Deputada, é que é preciso… É muito fácil discorrer e expor assuntos, mas é preciso refletir sobre eles!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — É preciso é ter uma grande lata!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Deputada, o Conselho Europeu vai discutir a guerra na Ucrânia e vai discutir o conflito no Médio Oriente.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Deviam era discutir mais!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sabe, Sr.ª Deputada, que isso tem a ver com o custo de vida?

Sabe a Sr.ª Deputada que é precisamente pelo contributo que a União Europeia pode dar para a resolução desses conflitos que nós podemos, também aí, combater o aumento dos preços de energia? É disso que nós vamos falar.

A Sr.ª Deputada acha que falar do custo de vida é só dizer que o custo de vida está caro e que se dê dinheiro às pessoas para suster o efeito disso.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não ouviu nada do que eu disse!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ó Sr.ª Deputada, é preciso tratar das questões de forma estrutural e estratégica!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A competitividade da economia e a capacitação das empresas é o caminho para poder dar melhores condições de vida às pessoas, Sr.ª Deputada. Mas não é um caminho em que se faz assim…

O orador estalou os dedos da mão direita.

… e, no dia seguinte, está o problema todo resolvido. Isso não existe, nunca existiu.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Não é por decreto!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nem no comunismo existiu; pelo contrário, no comunismo, esse percurso só deu pobreza, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quando estamos a falar de autonomia estratégica, estamos a falar de custo de vida, de dar a capacidade…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não ouviu nada do que eu disse!

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para fazer perguntas pelo CDS-PP, o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, Srs. Ministros, Sr.ª Secretária de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, começo exatamente por cumprimentar o Governo, em nome do Grupo Parlamentar do CDS, pelo sucesso na eleição para o Conselho de Segurança das Nações Unidas. É, de facto, uma vitória importantíssima da diplomacia portuguesa.

É um trabalho de mais de 10 anos em que se conseguiu construir esta vitória, que alguns agora relativizam ou até desvalorizam. Eu gostaria de saber o que é que essas pessoas diriam caso Portugal não tivesse conseguido a eleição. O que é que diriam sobre terem estado 10 anos, terem tomado determinadas posições com esse objetivo e não terem conseguido?

Não vou estender-me, porque, de facto, como dizia ainda há pouco o Deputado Jorge Miguel Teixeira, o Conselho que interessa aqui é o europeu, mas ninguém duvide de que, na participação de Portugal no projeto europeu, ter conseguido este sucesso é relevante. Portugal é, no contexto europeu, um país com uma força diferente ao ter conseguido este sucesso diplomático, que representa uma capacidade de Portugal construir pontes à escala global, muito além do espaço europeu; quando, ainda por cima, disputava-se a eleição com duas outras nações relevantes no contexto da União Europeia e uma delas ficou de fora — e não é propriamente das nações menos importantes da Europa.

Mas em relação ao Conselho, Sr. Primeiro-Ministro, queria dizer que, no pilar da competitividade e do mercado único, tem sido feita uma discussão — que desde o relatório Draghi foi acelerada — que tem a ver com a simplificação, com a remoção da burocracia, com a competitividade da nossa economia. Há um processo necessário, que é um processo interno: o processo de desregulação ou de simplificação da regulação.

O Sr. Primeiro-Ministro tem dito, com muita pertinência, que este processo tem, desde logo, uma dificuldade: quem está agora encarregue de reduzir a regulação, de aliviar a carga regulatória que nos tira competitividade à escala global, foi quem fez esta regulação — o que é sempre mais difícil.

Portanto, ou há um impulso político de exigência, por parte do Conselho, de uma maior celeridade na capacidade da Europa em remover estas barreiras, que são barreiras suas… Os nossos empresários perguntam-nos tantas vezes: «Mas porque é que eu tenho de respeitar estas regras todas e depois a União Europeia, quando importa, não exige o mesmo a quem vem competir comigo?»

Portanto, em nome dessa competitividade, em nome dessa capacidade de as nossas empresas também se afirmarem, acha, ou não acha, que o Conselho deve ter uma palavra forte nesta matéria?

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para responder, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, não posso estar mais de acordo com aquilo que referiu, a propósito da eleição para o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Não posso, também, estar mais de acordo relativamente à defesa intransigente e forte do princípio da simplificação e do princípio do combate ao excesso de regulação.

O Sr. Deputado, no fundo, instou-me — instou o Governo — a dizer que o Conselho Europeu deve dar uma mensagem forte, uma mensagem enfática. E deve, efetivamente. Eu confesso que creio que o tem feito, e a Comissão também.

Não vou aqui atirar responsabilidades, mas, à luz do funcionamento das instituições europeias, é preciso integrar também aqui o Parlamento Europeu. E vou aqui referi-lo, no Parlamento nacional, porque, como sabem, o Parlamento Europeu tem uma diversidade maior — é da natureza das coisas —, do ponto de vista político, do ponto de vista partidário e, muitas vezes, do ponto de vista das intervenções: umas vezes mais individualizadas, outras vezes mais por grupo político ou por região. É importante que todos possam fazer o seu caminho e fazer o trabalho de sensibilização para que estes princípios sejam transmitidos a todos os codecisores.

Estão aqui pessoas, várias, que já exerceram funções no Parlamento Europeu, nessas bancadas e também nesta — eu nunca fui Deputado no Parlamento Europeu, mas conheço minimamente o seu funcionamento —, que sabem que as adendas e os incisos que se fazem quando os instrumentos chegam ao Parlamento Europeu são mais do que muitos. Não estou a dizer que não é legítimo e, muitas vezes até, fundamentado, mas, pegando na sua deixa, de outros debates que já tivemos — onde, de facto, assumi que é muito difícil, para aqueles que fizeram as regras, simplificar as regras que os próprios fizeram —, também é muito difícil para aqueles que têm uma propensão para a intervenção e que às vezes, depois, no processo decisório, ainda complicam mais.

Digo isto com respeito democrático. Não estou a dizer que não é legítimo, mas muitas vezes é isso que acontece, também à escala europeia.

Aproveito a sua questão, no fundo, para sensibilizar todos; também, já agora, os Eurodeputados portugueses no Parlamento Europeu, qualquer que seja a sua origem partidária.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra para fazer perguntas, pelo Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, as cartas e os carteiros, como fomos observando, vão ocupando um papel relevante na política portuguesa, mas também na política europeia.

O seu Governo enviou, juntamente com outros quatro Governos, uma carta à Comissão,…

O orador exibiu uma notícia relativa ao que mencionou.

… propondo que fosse criado o imposto sobre lucros extraordinários, iniciativa que nós saudámos. Infelizmente, a Comissão não aceitou a sugestão dos Governos português, alemão, austríaco, espanhol e italiano.

Isto foi em abril.

Em maio, no dia 5, o Sr. Ministro das Finanças anunciou que Portugal iria avançar com a sua própria contribuição extraordinária, reconhecendo a existência de lucros extraordinários.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Outra vez?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Eu já tive ocasião de lhe perguntar pelo imposto duas vezes, já perguntei ao Sr. Ministro da Economia, já perguntei por escrito ao Sr. Ministro da Economia e ao Sr. Ministro das Finanças…

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — O disco está riscado!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Já passou mais de um mês.

Ouvi, há minutos, o Sr. Primeiro-Ministro dizer que eram precisos meios para combater o aumento do custo de vida. Estamos totalmente de acordo! Por isso é que, aliás, se lembrou deste imposto extraordinário, para termos mais meios para tomar medidas extraordinárias. Medidas extraordinárias financiadas com lucros extraordinários.

Portanto, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: desistiu deste imposto? Quando é que o vai trazer à Assembleia da República? No quadro do Conselho, vai ou não defender que haja uma tributação mais justa para todo o continente introduzir maior justiça fiscal?

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, não, nós não desistimos. O projeto está em elaboração no Governo e chegará, naturalmente, à Assembleia da República.

Sr. Deputado, nós somos, de facto, defensores da aproximação dos regimes fiscais como elemento estruturante de uma política económica justa e que, dentro dos espaços de um mercado que é comum, não privilegie Estados-Membros face a outros. Que as oportunidades sejam, no fundo, as mesmas.

Aproveito até a sua questão para dizer que é também no espírito deste princípio que, por exemplo, quando falamos de financiamento, devemos pugnar, como temos feito, pela conclusão da união bancária, que também permite que todos os Estados-Membros e os seus agentes económicos tenham as mesmas oportunidades, de financiamento nas mesmas condições; e já agora, também, que se possa potenciar um mercado único de capitais, que possa servir como estímulo para que o financiamento disponível nas poupanças dos europeus não seja destinado a outros mercados de capitais, robustecendo a sua capacidade de financiarem as respetivas economias. É o que acontece, por exemplo, na relação da Europa com os Estados Unidos.

Portanto, aproveito a sua questão para dizer que, sim, para podermos travar o aumento do custo de vida, é preciso termos empresas rentáveis, empresas competitivas. E, para termos empresas rentáveis e competitivas, também temos de ter regimes de financiamento que sejam adequados e justos.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, para questionar o Governo.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, relativamente ao Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia quanto aos incêndios, daquilo que estivemos a analisar, não só da agenda do Conselho Europeu, mas também do Quadro Financeiro Plurianual, parece-nos que há aqui uma lacuna ou uma omissão acerca do esforço financeiro dos Estados-Membros nesta matéria.

Se, por um lado, é uma preocupação que, todos os anos, este mecanismo seja ativado em países como Portugal, sempre que existem grandes incêndios — e seria importante perceber se já se está a trabalhar para que esta resposta seja antecipada e para que a mesma não venha tarde demais, ou seja, quando o dano de alguma forma já for irreparável —, por outro, gostaríamos de perceber em que circunstâncias é que o Governo está, ou não, a ter um papel dinâmico e ativo nesta matéria.

Depois, em relação ao Quadro Financeiro Plurianual, ele identifica um conjunto de matérias estruturais, inclusive ao nível da agricultura e do ambiente, mas de forma muito lacónica. Não diz sequer de que maneira é que o fundo social em matéria de clima vai ser utilizado para combater as alterações climáticas ou para ajudar os Estados-Membros a tornarem-se mais resilientes face aos fenómenos climáticos extremos. Gostaríamos de perceber se alguma coisa está a ser trabalhada, efetivamente, nesta matéria.

Por fim, o Parlamento Europeu aprovou, recentemente, regras comunitárias relativas ao bem-estar animal, mas, apesar da grande preocupação com aquilo que pode ser a rastreabilidade da circulação dos animais, não

aprovou uma base de dados única europeia, que permita integrar as bases de dados de todos os países. Isto não é menos relevante, quando falamos de uma área que mexe com muitos milhões de euros a nível europeu, no que diz respeito à circulação de animais de companhia, em particular com fins comerciais. Queríamos perceber se também já há algo que esteja a ser trabalhado nesse sentido.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra, para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, as questões que suscitou relativamente ao mecanismo europeu de proteção civil e relativamente à agenda climática — e, em particular, acrescento, à gestão de fenómenos climáticos extremos — estão verdadeiramente presentes no âmbito da negociação do Quadro Financeiro Plurianual.

Relativamente ao mecanismo europeu de proteção civil, a nossa posição tem sido a de que os seus meios são manifestamente baixos, seja do ponto de vista operacional seja do ponto de vista da ajuda financeira. Com os impactos que as alterações climáticas e estes fenómenos extremos têm tido, em toda a União — às vezes, podemos pensar que só no Sul da Europa é que há incêndios florestais, mas temos incêndios florestais, neste momento, espalhados um pouco por todo o território europeu e temos fenómenos de cheias que vão do norte ao sul da Europa, também —, temos necessidades de proteção do meio ambiente e dos ecossistemas que estão hoje, mais do que nunca, na ordem do dia, como estratégia económica e como estratégia de coesão

Aquilo que lhe posso dizer é que temos defendido o reforço desses meios, por um lado, e a inclusão de mecanismos para antecipação e gestão dos fenómenos climáticos extremos, por outro. Tem sido uma nota dominante. Eu próprio, quando tive intervenção no Conselho, a propósito do fenómeno das tempestades, fui acompanhado por muitos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para questões ao Governo.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr.ª Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Portugal chega a este Conselho Europeu reforçado pelo reconhecimento internacional da recente eleição como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

É caso para dizer que estamos todos de parabéns. Trata-se de uma responsabilidade acrescida e de uma oportunidade para afirmar a voz do nosso País na defesa da paz, da democracia, da coesão territorial e da cooperação internacional.

Na sua intervenção inicial, o Sr. Primeiro-Ministro falou, e bem, embora de uma forma muito ligeira, das regiões ultraperiféricas. Como sabe, para os madeirenses e açorianos, a coesão territorial não é um conceito abstrato. Traduz-se na possibilidade de se deslocarem, estudarem, trabalharem e desenvolverem a sua atividade económica em condições de igualdade, relativamente aos restantes cidadãos europeus.

Por isso, deixo aqui duas questões muito diretas, Sr. Primeiro-Ministro.

Que objetivos e propostas concretas apresentará Portugal no âmbito da negociação do próximo Quadro Financeiro Plurianual para reforçar o apoio às regiões ultraperiféricas?

Como vai o Governo compatibilizar a defesa da coesão territorial, na União Europeia com o facto de continuar a não concretizar compromissos fundamentais assumidos perante madeirenses e açorianos? Neste caso, refiro-me, em concreto, à matéria da mobilidade e continuidade territorial.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Sousa, ainda ia cumprimentá-lo por, nesta ocasião, não falar da mobilidade, mas o Sr. Deputado retirou-me esse espaço e, portanto, cumprimento-o por tê-lo referido uma vez mais.

Gostaria de dizer-lhe, Sr. Deputado, que temos desenvolvido uma defesa muito acérrima, no âmbito das regiões ultraperiféricas, do cumprimento das normas dos tratados. Nós temos, às vezes, de hierarquizar as nossas posições no sentido estratégico, também. Não quero com isso estar a tranquilizá-lo relativamente a uma decisão que não está ainda tomada.

É minha convicção que a força argumentativa do respeito por essas regras é tão forte, que não nos passa pela cabeça que, no âmbito da negociação do Quadro Financeiro Plurianual, esse instrumento de financiamento não esteja salvaguardado.

Quer isto dizer que nós estamos a subestimá-lo? Não, nós não estamos a subestimá-lo, mas não podemos apresentar tudo ao mesmo tempo. Portanto, quero dizer-lhe que o assunto tem sido sistematicamente colocado, mas, se centralizarmos a nossa intervenção apenas nessa matéria, quase damos a ideia de que basta cumprir aquilo que já tinha de ser cumprido e o resto fica por salvaguardar.

Portanto, é esta gestão que temos feito, ao nível da nossa intervenção, já agora também, no caso das regiões ultraperiféricas, nomeadamente com França e com Espanha, sustentando também um pacote de medidas de simplificação que sejam específicas das regiões ultraperiféricas, no nosso caso concreto, das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — Terminamos a nossa ordem do dia de hoje. A nossa próxima sessão plenária será amanhã, mais uma vez às 14 horas, de acordo com a ordem do dia que se encontra já distribuída e disponível nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Agora, vamos apoiar a nossa seleção, cada um da forma que lhe for possível. Até amanhã.

Eram 17 horas e 41 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.